

POLÍTICA ECONÔMICA COM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA VISÃO KEYNESIANA NUMA ÉPOCA DE CRISE MUNDIAL

Leonardo Braga De Vincenzi

(Analista de Controle Externo do TCE–RJ e mestre em Administração Pública)

RESUMO: A Revolução Industrial expandiu-se pelo mundo a partir do século XIX. Essa transformação global na produção de bens de consumo só foi possível devido a uma combinação de fatores, tais como o liberalismo econômico, a acumulação de capital, e invenções como a máquina a vapor. Aos poucos o capitalismo tornou-se o sistema dominante e, aliado à cultura de massa, impôs ao mundo um modelo globalizado de bens e serviços. Alguns cientistas políticos mostraram falhas nesse modelo econômico, objetivando a reforma do sistema capitalista nos seus moldes liberais; um dos mais importantes foi John Maynard Keynes. Hoje em dia vivemos uma crise econômica, alimentada pelo uso desregulamentado dos recursos naturais e estruturais, somado à agilidade oferecida pela tecnologia da informação. O presente trabalho avalia como a civilização moderna está lidando com a crise mundial e sugere a elaboração de um novo modelo produtivo e de consumo por meio de um pacto global.

PALAVRAS-CHAVE: Política Fiscal; Política Monetária; Desenvolvimento Sustentável; Pacto Keynesiano; Entendimento Global.

ABSTRACT: In the XIX Century, Industrial Revolution expanded throughout the world. This global transformation in the production of consumption goods was possible by a combination of factors such as economic liberalism, the accumulation of capital and inventions as the steam engine. Slowly the capitalism became a dominant system and, allied to mass culture, imposed to the world a globalized model of goods and services. Some political scientists have shown imperfections in this economic model, aiming at the reform of the capitalist system in its liberal patterns; one of the most important was John Maynard Keynes. Nowadays we live a worldwide economical crisis fed by the unregulated use of natural and structural resources, added by the agility offered by information technology. This paper evaluates how modern civilization is dealing with this worldwide crisis, and tries to show a way out to it, through the creation of a new productive and consumption model based on a global pact.

KEYWORDS: Tax Policy; Monetary Politics; Sustainable Development; Keynesian Pact; Global Agreement.

1 – INTRODUÇÃO

Robert Lucas¹, na abertura da reunião anual da Associação Econômica Americana (*American Economic Association* – AEA) em 2003, em Nashville, Tennessee, no discurso

presidencial disse: “O principal problema de prevenção de depressões foi resolvido, para todos os propósitos práticos”.

“Lucros sólidos na América do Norte para o ano de 2010 ou 2011”. Esta foi a declaração do Diretor-chefe Financeiro da montadora de veículos General Motors, Fritz Henderson, em uma conferência de imprensa realizada na sede da empresa em Detroit, Michigan, em fevereiro de 2008², alguns meses antes da crise mundial de confiança ser deflagrada.

O grande estrago no setor financeiro e produtivo causado pela crise financeira global, ocorrida a partir de setembro de 2008, pegou desprevenidos estudiosos, importantes empresas e instituições renomadas. Teorias econômicas, então consideradas ultrapassadas tornaram a ser discutidas e revistas. Velhos temas julgados antiquados voltaram à pauta no meio acadêmico.

Este trabalho busca fazer, por meio de breve pesquisa histórica, uma análise dos principais problemas econômicos e administrativos que atualmente estamos atravessando. Em Economia, a interpretação histórica é um instrumento fundamental para a compreensão de um assunto a ser abordado. Além disso, tentaremos buscar referências nacionais, com especial atenção sobre os rumos da economia e da sociedade brasileira.

A atual crise financeira, surgida no final de 2008, apareceu em uma encruzilhada histórica da humanidade, justamente num momento em que começávamos a discutir com mais atuação o futuro da nossa espécie. Pela falta de implementação de um modelo racional e estável no uso dos recursos necessários aos nossos cada vez mais exigentes padrões de vida e consumo, e pelo excesso de agressões ambientais, a civilização moderna passou a viver sua realidade cotidiana em um ambiente não mais sustentável. Vamos, pois, procurar fazer, de forma geral e sintética, a análise da relação entre essas duas crises: a financeira e a ambiental.

Vale lembrar que o modo como compreendemos o mundo e o que está à nossa volta é relativo, seguindo nossa história, cultura e experiências adquiridas. Nossa abordagem é, pois, apenas uma entre as muitas possíveis.

Não buscamos respostas ou soluções para o tema estudado, até porque elas ainda não são discerníveis. Porém acreditamos que novas alternativas poderão ser traçadas a partir de um pacto global, do qual as sociedades mais representativas do planeta participem e atuem ativamente como membros constitutivos para a elaboração de um novo modelo social, financeiro e econômico.

2 – DESENVOLVIMENTO

TEORIA ECONÔMICA CLÁSSICA

A Economia como ciência, no seu sentido moderno, é convencionalmente datada de 1776, com a publicação do trabalho intitulado *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith (1723-1790). O próprio autor descreve o surgimento dessa ciência nos seguintes termos:

Economia Política³, considerada um ramo da ciência do estadista ou do legislador, propõe dois objetos distintos: primeiro, suprir renda ou produtos em abundância para o povo, ou, mais apropriadamente, possibilitar que provenham tal renda ou provento por si sós; e segundo, suprir o Estado ou *Commonwealth* com uma renda suficiente para os serviços públicos. Ela se propõe a enriquecer tanto o povo quanto o soberano. (SMITH, 1986, p. 169).

As doutrinas econômicas, sistematizadas como escolas, surgiram no século XVIII na Europa Ocidental. A sociologia do conhecimento explica porque nasceram ali. As ideias são suscitadas por problemas objetivos de lugar e tempo. Adam Smith não poderia ter surgido na China imperial, no Brasil colonial nem mesmo na própria Europa medieval. No século XVIII, o capitalismo mercantil alcançava um amplo desenvolvimento na Europa Ocidental, e a Revolução Industrial era iminente.

Todavia, primeira escola econômica foi a da Fisiocracia⁴, na França, em meados daquele século. Teve o mérito de mostrar o “circuito econômico”, mas sua obstinada tese de que a agricultura era a única fonte de riqueza, levou-a rapidamente à exaustão teórica. Desses pensadores propagou-se o termo *laissez-faire*.

Mais economicamente desenvolvida, a escola clássica brotou na Inglaterra, e o seu fundador foi o escocês Adam Smith. Sua premissa básica é conhecida pela “mão invisível” do mercado, que ele via como um mecanismo em que a satisfação dos interesses individuais levam ao bem-comum. Segundo Smith, o mercado sempre tende ao equilíbrio. Ao defender o liberalismo econômico, Smith na verdade procurava combater o Mercantilismo⁵ e suas práticas estadistas.

Em seu famoso trabalho, Smith, ao estudar a produção, distribuição e consumo de bens e serviços, analisou em profundidade os benefícios da divisão do trabalho. Um dos temas centrais da sua obra trata de como indivíduos buscam otimizar seus recursos.

Para Smith, os elementos necessários ao crescimento econômico estariam, em grande medida, inscritos no próprio homem. A prosperidade exigiria, basicamente, deixar os homens guiarem-se espontaneamente pela sua natureza, tomando decisões com base em inclinações naturais.

Como consequência, todos os recursos deveriam render uma taxa igual de retorno, ajustado pelo risco associado à sua atividade econômica específica. Se houvesse alguma mudança nesse equilíbrio, os preços e salários se ajustariam rápida e automaticamente, de modo que oferta e demanda tenderiam ao equilíbrio anterior. De forma geral, esta é a essência da teoria econômica clássica:

Se a população fosse reduzida, a acumulação criaria a exigência de maior número de operários para as máquinas produzidas. Os salários cresceriam e, com eles, a população. Mas, em dado momento, a oferta de trabalho ultrapassaria a requerida pelo mercado, com o que os salários inevitavelmente tenderiam a baixar. O mesmo mecanismo se aplicaria ao capital. Este afluiria para as indústrias melhor remuneradas, isto é, que oferecessem mais lucro. Todavia, seria precisamente esse afluxo que acabaria por transformar o lucro em rendimento decrescente. E também os preços das mercadorias nunca poderiam estar muito acima ou abaixo do preço natural, determinado pelo custo de produção (BRAGA, 1988, p. 103).

Com o mesmo raciocínio, um holandês, Bernard Mandeville (1670–1733), escreveu a Fábula das Abelhas, na qual dizia que os vícios privados poderiam ser eventualmente virtudes públicas. O texto contava – de forma irônica – como os vícios de cada abelha em particular eram vitais para a prosperidade econômica de toda uma colmeia. Mandeville pretendia mostrar a importância dos vícios, e deixava claro que, apesar destes serem inseparáveis das grandes sociedades, seria impossível a riqueza sobreviver sem eles. Esse raciocínio estava conectado às ideias econômicas de Smith.

Essas idéias deram início a uma longa linhagem de economistas e pensadores, consolidando teoricamente o liberalismo ou o movimento liberal.

Para fins mais específicos deste trabalho, salientamos que a abordagem de Smith resultou em duas importantes implicações políticas. A primeira é normativa, ou seja, o governo deveria ter sempre um papel limitado na economia e no controle da iniciativa privada de um país. A segunda é positiva, já que políticas governamentais seriam ineficientes para atingir os resultados desejados, como, por exemplo, tentar controlar os ciclos econômicos.

Na obra magna de Adam Smith [...] não é difícil perceber a influência do Sistema de Newton. Assim, como o capital e o trabalho gravitam em torno dos empregos e localizações melhor remunerados, os produtos gravitam em torno dos melhores mercados. [...] À primeira vista, o mercado, tal qual o apresentou Smith, tem muito de assemelhável, pelo seu caráter mecânico, a um fenômeno físico. Nele sobressaem o automatismo, a regularidade e a imutabilidade da mecânica. (BRAGA, 1988, p. 101).

BREVE INTRODUÇÃO À MACROECONOMIA

Se Smith foi o seu fundador, o expoente máximo da Escola Clássica foi o inglês David Ricardo (1772–1823). No início do século XIX, Ricardo era considerado o mais importante

economista da Grã-Bretanha, graças ao seu conhecimento prático do sistema capitalista. Ele e os demais clássicos reconheciam a teoria do “valor-trabalho”.

Na produção há necessariamente um excedente ao que nela foi investido (máquinas, matérias-primas, instalações etc.). Como foi criado o excedente? Os clássicos, Ricardo à frente, afirmaram que ele era gerado pelo trabalho. Foi exatamente por essa brecha que penetrou um dos seus maiores críticos, Karl Marx (1818–1893), com a célebre teoria da “mais-valia” que denunciava a exploração capitalista. Amparado na lógica dialética de Hegel (1770–1831), Marx utilizou o instrumental teórico dos clássicos para extrair conclusões antagônicas às deles.

No século XIX, os neoclássicos trataram de evitar essa escolha, substituindo a teoria do valor-trabalho pela da utilidade marginal. Para eles, o problema fundamental da economia não é o da distribuição da renda (preocupação dos clássicos), mas sim o do financiamento do mercado e seu papel como alocador de recursos. Pelos clássicos, seria impossível ocorrer uma superprodução como a de 1929. Isso está bem expresso na Lei dos Mercados, de Jean-Batiste Say (1767–1832), que afirmava “os produtos se trocam por produtos” (ou, como depois se viria a consagrar, que “a oferta cria a sua própria demanda”), tornando-se um dos pilares da economia ortodoxa até a Grande Depressão de 1930.

Assim, os pensamentos harmoniosos de Adam Smith passaram a ser modificadas, e algumas vezes se opuseram à visão utilitária e cosmopolita do mundo. Dentre outros, podemos citar brevemente o britânico Thomas Malthus (1776–1834), com sua crítica ao utopismo, apoiado na inquietante e pessimista lei dos rendimentos decrescentes. A teoria de Malthus apresentou como princípio fundamental a hipótese de que as populações humanas crescem em progressão geométrica, mas os meios de subsistência poderiam crescer somente em progressão aritmética.

Neste grupo também incluímos o britânico Stuart Mill (1806–1873) que, partindo da tese positivista de Auguste Comte (1798–1857) sobre a possível modificabilidade das leis naturais como pressuposto da ciência, desenvolveu sua teoria econômica intervencionista mostrando que, onde vigoravam as leis sociais, estas poderiam ser controladas e alteradas pelo homem, já que foram criadas por eles mesmos.

Fora da Inglaterra, houve uma reação às ideias clássicas, mais de ordem crítica do que criadora. Essas críticas denunciavam o extremado uso do método dedutivo dos clássicos e a sua pregação de que os fatos econômicos eram regidos por leis naturais. A Revolução Marginalista, que teve nas obras de Carl Menger (1840–1921), William Jevons (1835–1882) e Léon Walras (1834–1910) os seus momentos decisivos, ofereceu os fundamentos para uma

nova concepção do enfoque econômico, e contribuiu para transformá-la numa ciência mais próxima das exatas. Ao trocarem a análise subjetiva pela objetiva, criaram a microeconomia e inauguraram o uso extensivo da matemática na economia.

A utilidade já fora antes salientada por outros pensadores. Agora, porém, ela é colocada em relação com a escassez, introduzindo-se a noção de margem. O princípio basilar é bem conhecido: o valor da mercadoria não é expressão do trabalho nele desprendido, nem da sua utilidade total, mas sim da utilidade da última unidade adquirida, precisamente a menos útil. Os marginalistas muito justamente são chamados de neoclássicos, pois analisaram a conduta do indivíduo (supostamente sempre racional) buscando invariavelmente maximizar sua 'satisfação' face à escassez de bens, e não se interessavam pela análise dos quadros institucionais onde se processa aquela conduta (BRAGA, 1988, p. 93).

Na linha dos pensadores pessimistas, queremos destacar Friedrich Nietzsche (1844-1900) que, diferentemente de Immanuel Kant⁶ (1724–1804), acreditava em um mundo sem ordem, estrutura, forma ou inteligência. Para ele, as coisas “dançam nos pés do acaso”, e fez uma sinistra profecia afirmando que estaríamos nos aproximando da barbárie, com a ciência e a tecnologia ao seu serviço. Afirmando o instinto vital como superior à razão, a interpretação como superior à mera faticidade, e o poder superando a razão humana, Nietzsche inicia a corrente dos pensadores relativistas e irracionalistas (que serviram de bases para o movimento pós-modernista⁷).

Já no século XX, o britânico John Maynard Keynes (1883–1946) provocou uma revolução na teoria econômica, ao publicar o livro *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, em 1936, baseado nas suas observações sobre os anos seguintes à Grande Depressão de 1930.

Entre outros assuntos, Keynes afirmou que a teoria clássica só teria chance de funcionar em condições de concorrência e informações perfeitas, o que, na prática, dificilmente acontecia. E, também, que o sistema capitalista, por sua formação básica, não era perfeito, mas instável e sujeito a crises periódicas. Ao desenvolver um novo instrumental analítico e metodológico, que diagnosticava e buscava evitar as flutuações nos preços, produto e emprego, Keynes acabou entrando para a História como o pai da Macroeconomia.

Antes da sua teoria geral, a Macroeconomia era chamada de teoria dos ciclos, e não conseguia explicar coerentemente as seguidas crises econômicas e financeiras do sistema capitalista. As altas taxas de desemprego, sucedidas por vários anos após a Grande Depressão de 1930, eram inconsistentes com a teoria clássica; a “mão invisível” tinha se mostrado ineficaz para resolver a realidade das questões econômicas mais críticas. Keynes foi ainda bastante enfático ao afirmar que a insistência em acompanhar o receituário clássico poderia até mesmo agravar uma depressão.

Outra inovação foi criticar a teoria clássica pela busca, em longo prazo, da estabilidade, do equilíbrio e do automatismo no pleno emprego. Segundo Keynes, o longo prazo é uma sequência de curtos prazos, e “a longo prazo estaremos todos mortos”. Com esta afirmação, Keynes mostra sua oposição às propostas lógicas de *laissez-faire* da teoria clássica, e seus mecanismos autorreguladores de mercado. Este ponto se tornaria central em sua teoria: situações de crises são provenientes do princípio da demanda efetiva (hoje chamada de demanda agregada).

O celebrado otimismo da teoria econômica tradicional [...] tem como origem, no meu entender, o fato de não haver sido levado em conta o empecilho que uma deficiência da demanda efetiva pode significar para a prosperidade. [...] Pode muito bem ser que a teoria clássica represente o caminho que a nossa economia, segundo o nosso desejo, deveria seguir, mas supor que na realidade ela assim se comporta é presumir que todas as dificuldades estejam removidas. (KEYNES, 1982, p. 44).

Em épocas de crise, Keynes defendia a importância da intervenção estatal na economia, principalmente quando a mesma se encontrasse na condição de elevado nível de desemprego involuntário e de insuficiência crônica de demanda efetiva. A intervenção estatal seria a única forma de retomar uma nova etapa de crescimento, reaquecendo uma economia estagnada ou mesmo em recessão. Obras públicas, por exemplo, poderiam criar novos postos de trabalho e diminuir o desemprego.

Também propunha a redução de impostos, a baixa taxa de juro e a expansão monetária (mesmo que isso tenha efeitos inflacionários), além do protecionismo como forma de elevar o nível de emprego.

Keynes igualmente questionou o mecanismo de preços do mercado como garantia de pleno emprego. A seu ver, para o sistema se tornar eficiente, ele não poderia seguir apenas os preços livremente definidos pelo mercado, pois os preços e os salários se ajustavam lentamente e, sem uma intervenção externa, eles ficariam fora do equilíbrio por muito tempo.

A teoria geral keynesiana afirmou que o emprego só poderia aumentar paralelamente ao investimento se houvesse uma mudança na propensão a consumir. Para aprofundar este aspecto, Keynes estabeleceu uma relação entre a renda e o investimento, e, de modo simplificado, entre o emprego total e o emprego diretamente vinculado ao investimento – que ele denominou de “emprego primário”. A esta relação Keynes chamou de “multiplicador”, a qual, dada à propensão a consumir, estabelecia uma ligação entre o fluxo de investimento e os volumes agregados do emprego e da renda. Por isso, não bastaria o governo ampliar a oferta de recursos para aumentar os investimentos; seria importante haver também um aumento simultâneo nos gastos em obras públicas.

Ainda segundo Keynes, outro elemento que poderia agravar as recessões é o esforço – pelo orçamento – do equilíbrio fiscal. Realizar cortes nos gastos e investimentos públicos, motivados pela queda na receita de impostos causadas pela retração da renda, só tenderia a intensificar uma recessão. Neste caso, ao invés de se preocupar com o equilíbrio fiscal, o governo deveria tratar de evitar o desemprego, mesmo que isso representasse um aumento nos gastos públicos.

O fato de Keynes apontar falhas no sistema capitalista e discordar da lógica liberal da teoria clássica, que pressupunha a manutenção de um “exército social de reserva”⁸ (desempregados), e pregar a busca do pleno emprego, não significou sua aproximação com o ideal socialista. Keynes sempre rejeitou o argumento de que sua teoria seria socialista, pois jamais defendeu a propriedade coletiva dos meios de produção nem tampouco eliminar o mercado ou incentivar o uso do aparato público como único produtor credenciado de bens e serviços. Suas críticas sempre foram objetivadas para o reforço do sistema capitalista, como forma de corrigir defeitos onde o mercado não conseguiu fazê-lo. Para ele, a interferência do Estado deveria apenas agir no lado da demanda. Sem esmiuçar o mérito dessa discussão, o que podemos afirmar – com certeza – é que o modelo keynesiano se fundamenta no planejamento econômico integrado e comandado pelo Estado.

Keynes também via a moeda como elemento importante para o funcionamento do mercado. Por isso, era fundamental o controle governamental da política monetária exercido pelos Bancos Centrais como forma de manter deprimida a taxa de juros, estimular os investimentos privados, e promover o aumento da renda e do emprego. Keynes até justifica uma taxa de juros moderadamente elevada, pela “necessidade de proporcionar estímulo suficiente à poupança”. (KEYNES, 1982, p. 286). Porém, ele demonstrou que o principal determinante da poupança é o montante de investimento, e que este montante só cresce com uma taxa de juros baixa. “Assim sendo, o que mais convém é reduzir a taxa de juros até o nível em que [...] se realize o pleno emprego”. (KEYNES, 1982, p. 286).

As mais claras implicações políticas dos ideais de Keynes foram o estímulo ao uso da política fiscal para tirar a economia da recessão. Ao aumentar os gastos em bens e serviços, o governo elevaria diretamente o produto interno, fazendo com que as firmas contratassem mais, o que faria subir a renda disponível para consumo dos novos trabalhadores. Isso implicaria uma nova fonte de aumento de demanda e elevaria ainda mais o emprego.

Ao final da Segunda Guerra Mundial (1945), tornou-se clara a importância de se estabelecer um fluxo estável de financiamento e comércio entre os países capitalistas. Por sugestões de Keynes, foram instituídas organizações internacionais como o Banco

Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) para estabelecer as regras de fluxo internacional de divisas e ajudar os países em dificuldades econômicas. Keynes pregava o uso de uma moeda internacional por essas entidades, mas o predomínio dos EUA nas relações pós-guerra acabou tornando o dólar norte-americano o padrão mundial monetário nos últimos 65 anos. Também foram criadas, entre outras, a Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização das Nações Unidas⁹ (ONU), coroando a arquitetura de uma nova ordem internacional.

No início da década de 1950, por um consenso baseado nas sociedades reconstruídas e tecnológicas do pós-guerra – caracterizadas pela correção de seus excessos, mediante a aplicação de medidas visando ao bem-estar social – as ideias de Keynes e seus seguidores emergiram como visão dominante até os anos 1970. John Richard Hicks (1904–1989) e Alvin Hansen (1887–1975) agregaram novos elementos à teoria geral através do modelo econômico IS-LM.

Também conhecido como Hicks-Hansen, o modelo IS-LM analisa o mercado de ativos e a interação deste mercado como o mercado de bens e serviços, por meio do nível de renda e da taxa de juros (variáveis endógenas do modelo macroeconômico). Neste modelo, as decisões sobre a política econômica (variáveis exógenas) são determinadas pelas autoridades monetárias ou executivas, ou seja, as políticas monetárias e fiscais propostas pelos governos (analisaremos melhor esses assuntos mais adiante). Ao longo de um gráfico (curva IS) seria possível observar o equilíbrio entre investimento e poupança, determinado no mercado de bens por meio da relação entre o investimento agregado e a taxa de juros.

Com o desenvolvimento do modelo intervencionista keynesiano, passou-se a acreditar que seria possível eliminar todas as recessões do sistema capitalista, com os governos agindo na correção das suas distorções.

NEOLIBERALISMO

Como em um movimento pendular, na segunda metade do século XX, houve um retorno às teorias econômicas clássicas; ressurgiram os ideais liberais e neoclássicos, que serviram como um contraponto tanto às ideias de Keynes, como também ao crescimento socialista e comunista no mundo.

Surge assim o neoliberalismo, a defender no plano econômico maior liberdade financeira e comercial. A doutrina pressupõe a restrição da intervenção estatal sobre a economia, a fim de permitir maior autonomia ao setor privado. Para isso, entre outras medidas, prega o enxugamento da máquina pública ao incentivar as privatizações,

transferindo para a iniciativa privada tanto a produção de bens como boa parte dos serviços públicos.

Ludwig von Mises (1881–1973), Friedrich Hayek (1899–1992), Milton Friedman (1912–2006), e outros defensores da máxima liberdade econômica, publicaram estudos destoantes das ideias iniciais de Keynes, indicando razões pelas quais a economia deveria ficar de fora da interferência política.

Nos anos 1970, os dois países [EUA e Brasil] entraram no processo de crise de Estado, impulsionado por uma série de fatores de cunho estrutural e conjuntural, entre os quais o peso de suas estruturas burocráticas – produtivas, no caso do Brasil, e regulatórias, no caso dos Estados Unidos – é considerado o principal fator de estrangulamento. Baseado em um sofisticado aparelho político e ideológico, as reformas de cunho neoliberal implementaram-se nos dois países, assim como em diferentes cantos do mundo. [...] No caso brasileiro, tais reformas centram-se nas estratégias de desestatização, enquanto nos Estados Unidos, nas estratégias de desregulamentação. (PECI, 2006, p. 162).

Com o desmoronar da antiga União Soviética (1991), em seu livro *O Fim da História e o Último Homem* (1992), o economista político nipo-estadunidense Francis Fukuyama sentenciou com todas as letras: o liberalismo se tornou a “única” alternativa viável para a eficiência econômica e a democracia política. Nessa época, os princípios neoliberais foram aplicados pelos governos de Margareth Thatcher (período de 1979–1990) e Ronald Reagan (1981–1989), como forma de fugir da crise econômica causada pelos choques do petróleo, em 1973 e 1979. Estes governantes justificaram suas políticas econômicas com a tese de que a economia era um sistema demasiadamente complexo para ser planejado por uma única instituição ou governo; estimularam políticas que defendiam a evolução econômica e administrativa por meio de um mercado livre e com baixa regulamentação. Combateram o protecionismo e as altas tarifas alfandegárias, com o objetivo de propagar o livre comércio internacional.

Para explicitar a influência do neoliberalismo no Brasil, mencionamos brevemente o famoso Consenso de Washington. Tratou-se de um instrumento para a difusão das ideias neoliberais e das políticas a serem executadas pelos governantes dos países periféricos que acataram esse modelo. Foi produzido por um Encontro firmado no ano de 1988 entre economistas de perfil liberal de diversos países: representantes do FMI, Bird, Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bid), e do governo estadunidense.

Embora à primeira vista tivessem apenas um valor de simples recomendação, as conclusões do “consenso” viraram um receituário imposto por entidades, agências e organizações de crédito internacionais, para que os países subdesenvolvidos pudessem conseguir empréstimos naquelas organizações.

O Consenso de Washington, como bem explica Joseph Stiglitz, foi um dos mecanismos usados pelos países hegemônicos, e uma regra básica para “auxiliar” os países satélites a se inserirem nos novos padrões econômicos do capitalismo contemporâneo e globalizado.

CRÍTICAS À IDEOLOGIA NEOLIBERAL

Os críticos ao neoliberalismo apontam fragilidade, teórica e prática, na pretensão de implementar a economia de um país com medidas destinadas a maximizar o lucro privado, e não com as que visam ao desenvolvimento nacional. A baixa regulamentação do mercado leva a “bolhas” periódicas, crises cíclicas, concentração de renda¹⁰ e, portanto, o aumento da desigualdade social. “O problema não está na racionalidade instrumental como tal, mas sim na sua falta de visão abrangente em favor da exclusividade do pensamento técnico”. (TENÓRIO, 2002, p. 26).

Quando observamos a recente tentativa de reforma do Estado brasileiro realizada na década de 1990, e sua meta de modernizar o país para adaptá-lo à nova realidade de um mundo globalizado, economistas e administradores salientam que essa globalização, ao impor um modelo neoliberal em nações do terceiro mundo, deixou, de uma maneira geral, três graves consequências: falta de investimentos em infraestrutura de desenvolvimento tecnológico voltado para soluções das suas necessidades locais; diminuição no emprego formal (apenas os mais preparados conseguiram empregos); e aumento da distância econômico-social entre os mais ricos e os mais pobres (concentração de renda).

Sobre as imposições do Consenso de Washington, e como ex-funcionário do FMI, Stiglitz tem a autoridade para escrever:

Mesmo nos países que têm conseguido algum crescimento, como o México, os benefícios foram acumulados, em grande parte, por pessoas que se situavam nos trinta por cento mais altos da sociedade, e ainda mais concentrados nos primeiros dez por cento. Os indivíduos na camada mais baixa da sociedade beneficiaram-se muito pouco; muitos ficaram em situação ainda pior. (STIGLITZ, 2002, p. 122).

As determinações providas da modernização, na maioria das vezes, se mostraram afastadas da ação dos demais entes políticos, longe, portanto, de um pensamento dirigido para a realidade socioeconômica da grande massa brasileira. Por esse motivo, os críticos afirmam que a reforma econômica – implementada na década de 1990 – foi realizada sem atender às necessidades da maioria da população, que, no fim das contas, manteve ou aumentou a exclusão social.

Sobre a globalização, reportamos novamente à opinião de Joseph Stiglitz:

[...] os países que mais têm se beneficiado [da globalização] são os que assumiram o controle de seus próprios destinos e reconheceram o papel a ser desempenhado pelo governo no desenvolvimento, em vez de permanecerem na dependência de uma ideia de mercado auto-regulador capaz de solucionar os próprios problemas. (STIGLITZ, 2002, p. 299).

Os maiores legados da forma como foi levada adiante a adaptação dos países emergentes à globalização, pelas pressões das organizações de crédito internacionais, e pela baixa proteção social dessas políticas econômicas, fizeram acelerar os seguintes problemas urbanos de nossas cidades e metrópoles: aumento da violência, crescimento do poder econômico e militar dos traficantes de drogas, ampliação da urbanização sem planejamento e saturação das vias públicas.

Sobre esse assunto, podemos afirmar com certeza que o modelo neoliberal subvaloriza o papel do Estado e supervaloriza o papel do mercado, e tende a reduzir o debate dos problemas coletivos com a sociedade (democracia participativa).

POLÍTICA ECONÔMICA

Definimos como política econômica a intervenção do governo na economia de um país, buscando obter o bem-estar social através da manutenção ou aumento das taxas de crescimento econômico e níveis de emprego, além de procurar a estabilidade de preços. Os dois principais mecanismos de política econômica são: a política fiscal e a política monetária.

Política fiscal se revela na ação do governo nas áreas de arrecadação de impostos (tributação) e de seus gastos (dívidas públicas e despesas governamentais). Pode-se operar basicamente de três modos: pelo tributo sobre a renda e a produção, por abatimentos fiscais, e por incentivos e subsídios destinados à iniciativa privada. Podemos dar como exemplos recentes de política fiscal a diminuição nas alíquotas do Imposto de Renda e a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na indústria automobilística.

Como política monetária, entendemos a forma como atua o Banco Central na definição das condições de liquidez da economia, da quantidade de moeda ofertada, do nível da taxa de juros básica, da busca do equilíbrio na balança de pagamentos, entre outros objetivos correlatos. Um governo com um Banco Central forte e atuante em sua economia nos fornece indícios de valorização na execução de uma política monetária mais agressiva. Em março de 2009, ao fixar a taxa de juros básica (Selic¹¹) em 11,25%, o governo estabeleceu uma nova diretriz na sua política monetária, porque ele usa esta taxa como referência para pegar dinheiro emprestado dos bancos; quando a Selic abaixa, a dívida pública cresce com menor intensidade.

Não há como um governo deixar de usar essas duas ferramentas (política fiscal e política monetária). Porém, o que diferencia um governo do outro é o fato de ele agir de forma mais conservadora em uma política e mais ousada em outra.

No Brasil, um exemplo de política econômica foi o Plano de Metas, do Presidente Juscelino Kubitschek (1902-1976), realizado entre os anos de 1956 e 1960. Já mais recentemente, anunciado pelo atual Governo Federal em fevereiro de 2007, temos o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), com um conjunto de medidas que se destinam a tornar mais rápido o crescimento econômico do país, definindo uma nova etapa na política econômica nacional.

Para Paul Krugman, Nobel em Economia em 2008,

Os gestores macroeconômicos têm três objetivos para as respectivas economias: discricionariedade em relação à política monetária, para que possam combater as recessões e controlar a inflação; estabilidade nas taxas de câmbio, para que as empresas não enfrentem muita incerteza; e a liberação dos negócios internacionais – em especial, permitindo que se troquem diferentes moedas com liberdade – para sair do pé do setor privado. (KRUGMAN, 2009, p. 110).

Ainda segundo o mesmo Krugman, na melhor das hipóteses, as políticas econômicas são capazes de atingir apenas dois desses três objetivos.

No Brasil atual, a redução na taxa de juros é um dos grandes embates entre os economistas do país. A alegação dos que defendem essa medida é que países parecidos com o nosso – México e Chile, por exemplo – possuem um baixo juro real. Apontam para as recentes quedas na demanda interna de setores da economia, como o automobilístico, e na queda do preço das *commodities*, para mostrar que juros altos podem prejudicar o crescimento brasileiro em tempos de recessão global. Já aqueles que defendem a sua manutenção nos níveis altos argumentam que a recente valorização do dólar tem forte impacto inflacionário. Mas que, com a queda dos preços das *commodities* (principalmente o petróleo), houve uma diminuição na pressão sobre a inflação. Assim sendo, essa queda de preços no mercado internacional compensaria a recente valorização do dólar.

Em geral, países com altas taxas de juros tendem a atrair capitais especulativos estrangeiros. O problema é que essa regra pode não funcionar em épocas de turbulência e crise de confiança, como atualmente, já que, por mais que se ofereçam juros altos, o investidor estrangeiro sempre pensará duas vezes antes de arriscar seu capital.

O fato é que as principais economias do mundo reduziram seus juros a valores mínimos. Nesses países, juros mais baixos tentam impulsionar o crédito e o consumo.

Entretanto, esses juros estão quase chegando a zero sem que o consumo tenha dado sinais de crescimento.

Até recentemente, a política econômica brasileira buscou a estabilidade financeira por meio de metas rígidas de inflação, câmbio flutuante e responsabilidade fiscal. A ideia (keynesiana) do PAC seria aumentar os gastos públicos por meio de despesas não permanentes, principalmente em infraestrutura, aquecendo a economia e o mercado de trabalho. Trata-se de um assunto delicado, pois nos últimos anos tivemos um aumento crescente dos gastos públicos, que em 2008 representou 36,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro¹². Os críticos a essa elevada carga tributária argumentam que esse excesso de tributação vem diminuindo a competitividade internacional de nossa economia, ao desestimular o investimento no setor produtivo e incentivar os ganhos no setor financeiro.

Com a recente redução do nível de atividade econômica – causada pela crise atual – a arrecadação brasileira vem caindo nos últimos meses. Como o Estado pode aumentar seus gastos sem que isso represente um aumento tarifário? A resposta pode indicar o incremento do combate à sonegação e à corrupção, por intermédio do aumento no controle das contas públicas, tornando nosso Estado mais eficiente no gasto do dinheiro do povo.

MONETARISTAS X DESENVOLVIMENTISTAS

Reconhecendo a longa controvérsia ideológica sobre a forma e os meios de intervenção do Estado na vida econômica – é natural e democrático que seja assim –, e dando continuidade à discussão sobre os clássicos (seguidores de Smith) e keynesianos, os monetaristas defendem o controle da moeda e baixo grau de intervenção do Estado. Já os desenvolvimentistas (keynesianos) enfatizam o papel do controle da especulação financeira, buscando realizar políticas fiscais ativas, com a intervenção efetiva e pontual do Estado na economia.

Os monetaristas propugnam a definição de uma meta rígida de inflação, enquanto os desenvolvimentistas estipulam uma meta de inflação mais flexível ao longo do tempo. Para os monetaristas, a taxa de juros elevada é importante porque atrai o capital estrangeiro necessário para fechar as contas do país; já a corrente desenvolvimentista prefere a redução da taxa de juros e a atração do capital estrangeiro por meio do desenvolvimento do mercado interno, ao se fazer uma política de distribuição de renda (por exemplo, com o aumento real do salário mínimo e a ampliação do Programa Bolsa-família). Esta corrente não estimularia a entrada de capital especulativo, volátil por excelência, mas sim o destinado à produção de bens materiais.

Admirador das ideias de Keynes, Stiglitz procurou demonstrar a importância da “economia da informação”, e de como ela é fundamental no paradigma que prevalece na Economia. Para Stiglitz, os problemas da informação são vitais na compreensão não só da economia de mercado, mas também da economia política, pois, nos modelos formais da Economia tradicional, a informação é, por hipótese, considerada sempre como sendo perfeita.

Contrariando o ditado do economista inglês Alfred Marshall (1842–1924) *natura non facit saltum* – que basicamente afirmava que as economias em que houvesse pequenas informações imperfeitas funcionariam de forma parecida com economias nas quais elas fossem perfeitas –, Stiglitz argumentou que bastava uma pequena imperfeição nessas informações para causar um profundo efeito na natureza do equilíbrio econômico. Para ele, o modelo econômico neoclássico ignorou os alertas dos economistas do século XIX, e de outros antigos mestres, nas considerações a respeito de como um informe errado pode alterar significativamente os resultados das análises teóricas.

O estudo chamado de “novo paradigma da informação assimétrica”, formulado por Stiglitz e com o qual ele ganhou o Prêmio Nobel em Economia em 2001, mostrou que os mercados quase sempre são ineficientes.

CRISE BRASILEIRA EM 1998

Após longo e penoso processo hiperinflacionário, o Brasil buscou, em 1994, uma forma para tentar estabilizar sua fraca e instável moeda (política monetarista). Orquestrado pelo então Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC), o governo brasileiro obteve temporariamente o desejado controle inflacionário, a partir de um sistema de indexação total de preços e salários – a Unidade Real de Valor (URV) e sua posterior transformação em real (R\$) –, por intermédio da paridade com o dólar norte-americano. O mesmo governo também optou pela política de valorização do câmbio para estimular a entrada de produtos importados, almejando o aumento da concorrência interna de produtos e a queda dos índices de inflação. Esta opção acabaria levando a balança comercial brasileira ao desequilíbrio, que passou de uma posição superavitária para uma situação deficitária.

[...] no mercado houve dois tipos de interpretação para aquela atitude imprudente do BC de apreciar o real. A primeira é que seria um expediente transitório para barrar operações de arbitragem de taxas na passagem do Real, entre as taxas de juros do *overnight* e as taxas de desvalorização cambial, devido à diferença de prazos de liquidação. A segunda, é que seria uma tentativa de restringir a entrada de capitais, ao gerar um fator de instabilidade, na medida que o dólar poderia se apreciar novamente e chegar a um real. (NASSIF, 2007, p. 191).

Paralelamente, com os objetivos de reduzir suas despesas e melhorar o desempenho em áreas significativas do setor público, o governo brasileiro, em parte copiando uma tendência de governos como os do Reino Unido, Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, e de outra parte obrigando-se a implementar essas mudanças por pressões de organizações de crédito internacionais, procurou fazer uma reforma mais profunda do Estado. Ajudado pelo sucesso do Plano Real, com a chegada de FHC à presidência da república e a aliança social-liberal no governo federal, e em uma tentativa de responder aos anseios de mudanças da sociedade, foi implantada uma reforma administrativa. Empreenderam-se esforços para modernizar, agilizar e melhorar os serviços públicos considerados essenciais com o fito de agregar uma “cultura gerencial” à administração pública.

Seguindo os passos iniciais dados nas mudanças projetadas pelo governo Fernando Afonso Collor de Mello, e apoiadas em ideais de abertura do mercado e restrição à intervenção estatal sobre a economia, algumas propostas neoliberais foram levadas adiante durante a administração FHC pelo então Ministro da Fazenda Bresser Pereira, em destaque para o processo de privatização de empresas estatais.

A política de juros altos que acompanhou a valorização do real durante esse período tinha como objetivo principal atrair capitais externos interessados numa rentabilidade superior às oferecidas no mercado internacional. A estratégia almejava cobrir os déficits criados e aumentar as reservas brasileiras de dólares, permitindo ao país a sustentação da política adotada. As elevadas taxas de juros também visaram à contenção do crescimento econômico – como forma de controlar o desequilíbrio da balança comercial causado pela política cambial valorizada –, evitando pressões de demanda sobre os preços.

Em consequência dessa combinação de políticas econômicas monetaristas (câmbio valorizado e altas taxas de juros), somada ao aumento das importações, o desemprego aumentou no período do real, passando de 14,2%, em 1994, para 18,3%, em 1998, na Região Metropolitana de São Paulo¹³. Entre outros impactos negativos sobre o mercado de trabalho (dificuldade na obtenção de reajustes salariais em conformidade com a inflação, perda de benefícios etc.), este foi o efeito social mais grave. Essa política econômica também criou uma armadilha em si própria, ao alimentar o endividamento externo e interno.

O aumento da dívida externa ocorreu devido ao fato de o setor privado ter sido estimulado a atender às suas necessidades financeiras com recursos captados a taxas menores no mercado internacional. O crescimento da dívida interna pública, por sua vez, decorreu diretamente do aumento dos juros. Consequentemente, e a despeito dos recursos gerados por um intenso processo de privatização a que foram submetidas empresas estatais brasileiras, o

déficit público reapareceu, levando o governo a implementar um forte ajuste fiscal (aumento de impostos e corte de gastos) para cobrir o rombo originado das altas taxas de juros, com profundo efeito recessivo.

O círculo vicioso do endividamento e da dependência de recursos externos levou o Brasil a uma posição internacional extremamente vulnerável. Com a crise do México em 1995, a da Ásia em 1997, e a da Rússia em 1998, elevou-se o grau de desconfiança dos investidores estrangeiros com relação aos países emergentes. Diante do risco iminente de uma desvalorização do real e de seus impactos sobre a dívida pública crescente, houve um intenso movimento de fuga de capitais especulativos nacionais e internacionais.

Em 1998, o Brasil enfrentou uma fase de forte desaceleração econômica, contagiado pelo efeito dominó das crises de confiança em relação aos países em desenvolvimento anteriormente citados. Os investidores e especuladores internacionais, com medo dos efeitos da crise russa, passaram a retirar seus capitais de mercados emergentes, buscando investimentos em títulos de países desenvolvidos com menores retornos, porém mais seguros.

Em resumo, com a fuga do capital estrangeiro, ficou difícil a manutenção de uma política econômica brasileira apoiada nas âncoras do câmbio valorizado e dos juros altos, já que um dos pilares da estabilidade da política econômica na época era justamente a atração desse tipo de capital. Como resultado da vulnerabilidade ao pânico autorrealizável, os anos seguintes foram de estagnação econômica e alta taxa de desemprego; o país foi também obrigado a desvalorizar fortemente a moeda nacional.

Especialistas consideram que a crise brasileira de 1998 ocorreu, em parte, devido às consequências da abertura dos mercados financeiros, e dos efeitos que causaram a popularização do uso de recursos da telecomunicação e da tecnologia da informação, assim como o aumento da velocidade das decisões e a volatilidade dos movimentos de capitais internacionais. Com esse aumento de agilidade, o caráter psicológico da economia passou a figurar num patamar mais abrangente.

Na contramão da maioria das propostas de Keynes, o Brasil nos anos seguintes continuou com uma política econômica baseada em juros altos e de austeridade fiscal, com baixos investimentos internos, fugindo de déficits orçamentários, e tendo como meta a geração de superávits primários (excedentes de caixa antes de pagar juros). Como forma de estancar a fuga de capitais, o país promoveu um grande aumento nas suas taxas de juros¹⁴, o suficiente para convencer as pessoas a manter o dinheiro no Brasil, não obstante a desvalorização contínua da moeda nacional.

Vários estudiosos imaginaram que a chegada do PT ao governo federal em 2002 trouxesse mudanças desenvolvimentistas na dimensão econômico-financeira. Mas, para surpresa geral, em vez de atenuar, a política econômica do governo Lula aumentou sistematicamente a busca por superávits primários para o pagamento e refinanciamento de dívidas públicas, obtendo recursos necessários com um aumento crescente da carga tributária. Isso nos afastou ainda mais dos ideais de Keynes. Talvez uma explicação seja a busca obstinada da confiança internacional, o que acabou sobrepondo-se às preocupações econômicas mais básicas.

E assim rompeu-se o pacto keynesiano: a política econômica internacional acabou tendo muito pouco a ver com a economia. Converteu-se em exercício de psicologia amadora, em que o FMI e o Departamento do Tesouro [estadunidense] tentavam convencer os países a fazer o que esperavam que fosse percebido pelo mercado como favorável. Não admira que os compêndios de economia tenham sido jogados pela janela, assim que a crise eclodiu. (KRUGMAN, 2009, p. 118).

O SISTEMA BANCÁRIO MODERNO

Para abordar a crise mundial de 2008, faremos um breve e simplificado retrospecto histórico. Em priscas eras, os bancos surgiram com ourives e joalheiros, os quais, apesar de terem como atividade principal elaborar e vender jóias, passaram também a guardar as economias e o dinheiro de pessoas ricas em seus protegidos cofres. Para a sociedade local, era mais seguro do que, por exemplo, guardar seus valores dentro do colchão. A atividade paralela aumentou e, a certa altura, os antigos ourives perceberam que poderiam fazer algo mais lucrativo com o crescente dinheiro mantido em seus cofres. Imaginando que dificilmente todos os seus clientes iriam retirar as poupanças ao mesmo tempo, começaram a emprestar o dinheiro desses clientes a outras pessoas, à base de juros. Como precaução para evitar que ficassem sem dinheiro quando algum cliente resolvesse resgatar sua poupança, tinham a cautela de conservar uma reserva em caixa.

Porém, nem sempre as coisas funcionavam exatamente do modo esperado. Quando as pessoas de um determinado país desconfiavam da fortuna, probidade ou prudência de um certo joalheiro, a ponto de achar que ele não poderia pagar suas notas promissórias ou não teria dinheiro em caixa suficiente para todos seus depositantes, ocorria o que é chamado de “quebra de confiança”. Tais rumores provocavam o maior medo dos banqueiros: a corrida aos bancos. Com ela, muitos bancos quebraram, mesmo quando os rumores se provaram falsos.

Depois de um longo passado de falências e crises, os sistemas bancários foram sendo reformados pelo Estado. Por fim, foi criada uma agência reguladora chamada Banco Central¹⁵. Nascia assim o sistema bancário moderno.

Essa entidade passou a estabelecer regras para o sistema bancário fazendo, entre outras tarefas, inspeções, padronizações e centralização das reservas bancárias. Mesmo assim, isso não impediu a corrida aos bancos. A mais grave crise bancária da história, ocorrida na década de 1930, surgiu pela queda do preço das *commodities* causada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929. A queda dos preços atingiu os agricultores altamente endividados, aumentando a inadimplência bancária e, por conseguinte, causando o pânico entre os correntistas. Como a ideologia econômica do governo dos Estados Unidos da América (EUA) da época era baseada na teoria clássica (mercado livre), não se pensou em socorrer o sistema bancário, e ele foi à falência. Isto é considerado, pela maioria dos historiadores econômicos, a principal causa de uma grave recessão ter se tornado a Grande Depressão de 1930.

Os historiadores comentam que a crise de 1930 afetou os países de modos diferentes. Mostrou-se mais profunda e demorada nos Estados Unidos, porque o governo Herbert Hoover deixou de tomar medidas que pudessem amenizá-la. Tais medidas foram iniciadas apenas a partir de 1933, com a política econômica do governo de Franklin Delano Roosevelt, o *New Deal*¹⁶. Ao chegar à presidência, Roosevelt encontrou um cenário desolador: o desemprego castigavam 12 milhões de norte-americanos, mais de 10 mil instituições bancárias haviam falido, o PIB havia caído 25% e mil pessoas perdiam suas casas por dia. Somente em 1939 – depois de uma outra relativamente pequena crise em 1937/1938 – os EUA voltaram a ficar próximo do patamar econômico de 1929. Com a chegada da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos foram estimulados a um novo surto de crescimento econômico. No fim da Guerra, em 1945, estava definitivamente instalado o que foi denominado pelo presidente David Eisenhower de “complexo industrial-militar” – ao qual muitos analistas atribuem papel preponderante na política americana até os nossos dias.

Já entre os países industrializados atingidos pela crise de 1930, o Japão foi o primeiro país a conseguir uma saída, com uma política militar agressiva, invadindo a China em 1931. A Alemanha também investiu seus esforços econômicos e políticos na criação de um grande poderio bélico, principalmente após a chegada de Adolf Hitler ao poder como chanceler, em 1933.

Para o Brasil, muitos estudiosos consideram que a crise de 1930 nos foi benéfica. Num primeiro momento abalou a economia nacional, quase totalmente dependente das exportações de café, cujo preço caiu por falta de compradores nos países em crise. Por não ter onde estocá-lo, Getúlio Vargas promoveu a queima do produto. Mas, a política de Vargas, ao abandonar o padrão-ouro, abriu a possibilidade de o país interferir fortemente na política

monetária e cambial. Vargas incentivou a importação de máquinas mais modernas para as incipientes indústrias nacionais – chamadas “de fundo de quintal”, que por aqui vicejaram nos anos da Primeira Guerra Mundial – e para outras indústrias que quisessem se instalar, ao mesmo tempo que aumentava as tarifas de importação de produtos de consumo corrente. Tais medidas, aliadas à política de desvalorizações cambiais, propiciaram o processo chamado de “substituição de importações” que foi a base da industrialização no Brasil. Como a crise mundial de fato se estendeu até o fim da Segunda Guerra Mundial, ao término desse período o parque industrial nacional já estava estabelecido, embora com algumas distorções¹⁷.

Para Celso Furtado, em seu livro *Formação Econômica do Brasil*, o nosso país foi o primeiro da América Latina a sair da crise de 1930, com crescimento econômico pujante já em 1933. Entre 1933 e 1939, enquanto os Estados Unidos apenas tangenciavam os níveis de 1929, o Brasil atingira um crescimento de 60%. E, a partir de 1933, o Brasil cresceu praticamente sem parar até 1980.

A paridade [cambial] de 1929 se refletia em um coeficiente de importações realmente elevado. Ora, nos anos trinta o desenvolvimento da economia teve por base o impulso interno e se processou no sentido da substituição de importações por artigos de produção interna. Com efeito, à medida que crescia a economia, reduzia-se o coeficiente de importações. (FURTADO, 1975, p.215).

CRISE MUNDIAL DE 2008

A introdução acima serve para estudar melhor a atual crise global. Pânicos financeiros que recentemente geraram crises pelo mundo afora não são mais fatos pontuais ou isolados. O sistema financeiro moderno é muito mais complexo que o de 1929, mas há uma coincidência entre eles: a periódica crise de confiança do mercado financeiro e a tendência da geração de “bolhas” no sistema capitalista com baixa regulamentação. Motivados pela abertura da maioria dos mercados internacionais, essas crises saíram do espectro local e passaram a ter uma abrangência em escala maior.

Mas, o que há de diferente nessa nova crise mundial? Exporemos a seguir que houve, em nosso entedimento, uma grande coincidência de fatos e erros.

Depois da Grande Depressão de 1930, desenvolveu-se nos EUA um sistema bancário com salvaguardas mais abrangentes. Os bancos comerciais (que aceitam depósitos) passaram a ter muito mais restrições aos riscos que poderiam assumir, sendo obrigados a emprestar dinheiro somente para quem apresentasse garantias de que poderia pagar o empréstimo. Os bancos obtiveram acesso direto de crédito do Banco Central norte-americano (Fed), e os depósitos dos correntistas passaram a gozar garantias do Estado norte-americano, mesmo no caso de corridas aos bancos.

Por outro lado, surgiram os bancos de investimento (que não aceitam depósitos de correntistas). Já que esse tipo de instituição não apresentava o risco de corridas bancárias, tais bancos foram regulados com bem menos rigor pelo Fed. O sistema funcionou assim por cerca de 70 anos nos Estados Unidos. Alardeou-se então que a era das crises bancárias tinha chegado ao fim.

Nesse momento é importante ressaltar que a concentração de renda das pessoas, ocorrida nos Estados Unidos nos últimos 30 anos, foi agravada durante o governo George W. Bush. A fim de evitar uma reação popular, apelou-se para que as classes média e baixa pudessem continuar comprando mediante créditos facilitados, o que fez com que todo mundo se endividasse além da própria capacidade, para manter a ilusão de prosperidade e riqueza – dando início a um período de elevado consumismo, ligado ao desperdício e a agressões ambientais. Ademais, o governo Bush teve que recorrer a um endividamento crescente para financiar o ímpeto bélico das guerras no Iraque e no Afeganistão. Os recursos de que necessitava foram conseguidos numa relação simbiótica com a China que, com seu modelo exportador, e tendo acumulado cerca de 2 trilhões de dólares de reservas em papéis do tesouro americano, prontificou-se a ser, além de provedor de produtos baratos para os consumidores do mundo todo, o provedor de créditos ao governo americano. Essa relação gerou emprego para milhões de cidadãos chineses que migravam do campo para as cidades.

Com o cenário acima montado, o revés começou a surgir justamente quando os bancos de investimento dos EUA, pela falta de regulamentação, passaram a funcionar como um sistema bancário paralelo.

Tomamos o exemplo do esquema conhecido como *Auction-Rate Security* (Leilão com Taxa de Segurança – ARS), criado pelo banco de investimento Lehman Brothers, em 1984. Ele funcionava da seguinte forma: mutuantes emprestavam dinheiro a longo prazo para a instituição. Teoricamente esse dinheiro ficaria comprometido por 30 anos. Porém, frequentemente, eram feitos pequenos leilões de forma a permitir que novos possíveis investidores pudessem fazer ofertas pelo direito de substituir aqueles que quisessem sair do esquema. Se não houvesse ofertantes suficientes para substituí-los, a taxa de juros subia para um maior nível. A ideia desses leilões era dar maior liquidez aos mutuantes.

A questão é que, ao permitir o resgate em curto prazo, os bancos de investimento passaram a funcionar nos moldes dos bancos comerciais convencionais, porém com menos regulamentação e com menos garantias. Ao incorrer em maiores riscos, comparado aos bancos convencionais, os investidores passaram a obter taxas de juros mais altas, e os

interessados em levantar fundos em longo prazo (através de hipotecas, por exemplo), a pagar taxas menores.

O problema relevante foi que os bancos de investimento não estavam protegidos pela regulamentação e pelo controle do sistema bancário tradicional. Além disso, em 1999, foi permitido aos bancos comerciais tradicionais entrar no lucrativo negócio dos bancos de investimento. Em 2008, com a progressiva falta de novos ofertantes, os leilões começaram a fracassar; novos investidores passaram a evitar o ARS. Em sucessivos leilões, cada fracasso aumentava o anterior. Quando os investidores perceberam o perigo da perda de liquidez, sucedeu uma contagiosa corrida àquele banco de investimento, que acabou falindo depois de 158 anos de funcionamento.

John Keynes já nos advertira que a confiança entre os agentes econômicos era fundamental para o bom funcionamento do regime capitalista. Ao deixar o Lehman Brothers falir, repetindo o mesmo erro da crise de 1930, o governo norte-americano deflagrou uma crise de confiança nos EUA, que se alastrou pelo restante do mercado financeiro em pouco tempo.

Um fato que acabou se tornando símbolo da atual crise nos EUA é o fundo *hedge*¹⁸ (*hedge fund*, ou fundo protegido) de Bernard Leon Madoff. Estes fundos podem ser definidos como os que usam um número de estratégias mais flexíveis, que não podem ser adotadas por fundos tradicionais de investimento, e não se limitam a investir em ações, debêntures ou títulos do governo. Desta maneira, podem operar em todos os mercados do mundo, normalmente através de instrumentos derivativos¹⁹.

Os fundos *hedge* frequentemente empregam o recurso da alavancagem (utilização de recursos de terceiros – por endividamento – para aumentar o lucro) e utilizam sofisticadas estratégias de negociação que o investidor comum não entende. O problema é que esta modalidade passou a ser usada por um público cada vez maior, que antes não tinha acesso a tal classe de ativos. Ao contrário dos fundos mútuos, eles não são negociados nas bolsas, não são registrados na Comissão de Valores Mobiliários (*Securities and Exchange Commission*), estão sujeitos a poucos regulamentos, e seus investidores não têm os mesmos benefícios de proteção ao consumidor que são dados às pessoas que investem em fundos mútuos e às entidades incluídas na Lei das Sociedades de Investimento de 1940²⁰ (*Investment Company Act of 1940*).

A questão foi que Madoff, aproveitando-se das facilidades regulamentatórias de seu fundo, e usando suas referências como a de ex-presidente da Nasdaq e grande estrela de *Wall Street*, conquistou a confiança de investidores e usou um esquema fraudulento para gerir o

fundo *hedge*, que operava desde a década de 1980. Madoff também era uma das principais figuras da filantropia judaica, e isso o ajudava a entrar e cooptar ricos investidores nos altos círculos da sociedade norte-americana. Ele não só enganou entidades bancárias e grupos de investimento, mas fundações e organizações caritativas também foram suas vítimas. Ainda sob investigação, suspeita-se que o rombo causado por Madoff tenha alcançado entre US\$ 50 e 65 bilhões, o que torna o fato uma das maiores fraudes financeiras levadas a cabo por uma só pessoa em toda a História. Atualmente ele está preso, sendo acusado, entre outros crimes, de lavagem de dinheiro, perjúrio e falsos comunicados a investidores.

Para fornecer uma apreciação do tamanho do sistema bancário paralelo nos EUA: no começo de 2007, os balanços patrimoniais dos cinco maiores bancos de investimento totalizavam cerca de US\$ 4 trilhões, e os dos cinco principais bancos convencionais, US\$ 6 trilhões. Somente com a eclosão da crise de 2008, as pessoas passaram a enxergar como o sistema bancário paralelo norte-americano tinha se tornado tão ou mais importante que o tradicional.

É comum ouvir-se a crítica de que a desregulamentação²¹ do sistema financeiro é a culpada pela crise. No mínimo, essa é uma visão simplista. Veremos a seguir que existem outros motivos pela eclosão da crise, entre eles a falta de sustentabilidade de um modelo de consumo exagerado. Além disso, a crise surgiu motivada pelos riscos assumidos por pessoas que sabiam onde tinham investido o capital.

Já os conservadores atribuem a causa dos problemas à Lei Federal do Reinvestimento Comunitário (*Community Reinvestment Act – CRA*), promulgada em 1977, que obrigou os bancos depositários a reaplicarem, na sua comunidade local, parte do dinheiro que captaram localmente. Alegam que essa lei forçou os bancos a fornecer empréstimos hipotecários a pessoas e minorias que não tinham condições de pagá-los. Em nosso entender, é pouco provável que uma lei, que vigora há mais de 30 anos, seja a principal causadora da crise atual. No máximo, ela foi um fator a mais na sua ampliação.

Houve, além disso, o problema dos *subprime*, forma de crédito hipotecário para o setor imobiliário a tomadores de empréstimos com maior risco de inadimplência, muitas vezes acoplado à emissão de cartões de crédito ou ao aluguel (*leasing*) de carros. Com a supervalorização dos imóveis e, por conseguinte, o estouro da bolha habitacional, muitos empréstimos *subprime*, que tinham como garantia a própria residência do tomador do empréstimo, passaram a representar valores maiores que as garantias oferecidas (suas casas), ocasionando um enorme aumento de inadimplência. Esse acontecimento também afetou

negativamente as montadoras de automóveis, as seguradoras e as companhias de cartão de crédito.

As obrigações e responsabilidades associadas às transações financeiras se tornaram, nos últimos anos, mais difíceis de localizar, graças ao rápido desenvolvimento de mercados secundários envolvendo derivativos e outros contratos. Assim, um credor *subprime* que levara um mutuário a assumir riscos acima de sua capacidade podia transmitir os instrumentos financeiros a outras partes distantes da transação original, dificultando a sua avaliação posterior de risco.

No final do ano de 2008, acima de 10 milhões de mutuários norte-americanos se encontravam com empréstimos hipotecários negativos. Os estadunidenses têm US\$ 10 trilhões em dívida imobiliária e cerca de US\$ 1 trilhão em dívidas acumuladas em cartão de crédito. Cada americano com hipoteca atualmente possui um financiamento de cerca de US\$ 200 mil em média; já a dívida média em cartão de crédito é de cerca de US\$ 7 mil por pessoa. A taxa de inadimplência nos cartões era de 7,5% em dezembro de 2008, e pode chegar a 10% até o fim do ano de 2009, possivelmente provocando um rombo de US\$ 100 bilhões²².

Mas pergunta-se: por que o estrago da bolha habitacional nos EUA chegou a uma dimensão tão grande? Segundo especialistas, uma das razões foi que, em 2000, quando vislumbrou o estouro da bolha das empresas da internet “pontocom”²³, o então presidente do Fed, Alan Greenspan, em vez de atacar o problema pela raiz, procurou desviá-lo, permitindo o surgimento de uma nova bolha: a supervalorização dos preços dos imóveis.

O Fed, em vez de tratar o estouro da bolha “pontocom” com medidas keynesianas, por exemplo, transferiu o problema para outro setor, fomentando a eclosão de uma nova crise no sistema habitacional. Ao “consertar” o estrago de uma bolha com o desenvolvimento de outra, a chance era de a bolha seguinte se tornar maior e mais perigosa. Nas previsões de alguns profissionais do mercado financeiro, a crise habitacional e mobiliária deverá destruir uma riqueza superior a US\$ 8 trilhões.

ALGUNS NÚMEROS DA CRISE DE 2008

Ilustra bem o tamanho do estrago o fato de o índice Dow Jones (da Bolsa de Valores de Nova Iorque) ter caído de mais de 14 mil pontos (em outubro/2007) para abaixo de 6.600 pontos (em março/2009). O índice Nasdaq²⁴, depois de atingir o seu pico – antes do estouro de sua bolha – em mais de 5 mil pontos (em março/2000), tinha caído de 2.300 pontos (em dezembro/2008) para cerca de 1.300 pontos (em março/2009). E o índice Bovespa (da Bolsa de Valores de São Paulo), caudatário das bolsas mundiais, teve uma queda de mais de 72 mil

pontos (em maio/2008) para menos de 30 mil pontos (em dezembro/2008). Até o fechamento desta monografia, o índice Bovespa emitia sinais que não iria sair tão cedo do fim do poço, tendo permanecido nos últimos meses por volta dos 37 a 40 mil pontos (em março/2009)²⁵, isto é, seus acionistas perderam cerca da metade do valor do patrimônio acionário.

Empresas importantes dos EUA enfrentam atualmente uma profunda crise financeira, com o derretimento de seu capital social. As ações da General Motors, por várias décadas a maior montadora do mundo, fecharam, no início de março de 2009, abaixo de US\$ 1,50, o menor índice desde 1933. Suas ações caíram 94% nos últimos 12 meses. O Citibank, o segundo banco dos EUA e parte de um dos maiores conglomerados financeiros do mundo, na metade do ano de 2007 tinha seus ativos avaliados em US\$ 255 bilhões. Recentemente suas ações baixaram tanto que atingiram o incrível preço de apenas US\$ 1,00 (em março/2009), o pior índice em 196 anos de sua história. O banco passou a valer menos que US\$ 19 bilhões em fevereiro de 2009. A maior seguradora do mundo, a AIG registrou um prejuízo superior a US\$ 60 bilhões no último trimestre de 2008, tendo sido obrigada a ser parcialmente estatizada pelo governo dos EUA.

Em seis meses de crise, entre outras nacionalidades, 4 milhões de trabalhadores norte-americanos, 3 milhões de espanhóis e 2 milhões de britânicos perderam seus empregos. E assim, como aconteceu nos anos 1930, nada parece impedir o contágio da crise de confiança de se espalhar de uma parte a outra, do setor financeiro para o produtivo. “É simplesmente uma espiral sem fim”, disse Lorenzo Di Mattia, gerente do fundo *hedge* Sibilla Global Fundo²⁶.

RESUMO DA SITUAÇÃO ATUAL (MARÇO DE 2009)

O atual governo de Barack Obama tenta tirar o país – e o mundo – da crise, usando políticas como a de baixar as taxas de juros para praticamente zero, e a redução de impostos para os consumidores. Estes, entretanto, estão endividados e a provável atitude, ao menos por algum tempo, é de conter os gastos para pagar antigas dívidas e evitar contrair novas. O governo norte-americano procura injetar o máximo de dinheiro no mercado – e os Estados Unidos podem fazer isso porque dispõem da máquina para imprimir dólares e também a dos reputados títulos do Tesouro. Mas, com o aumento do endividamento americano, e a perspectiva de inflação futura, a pergunta que fica no ar é a seguinte: até quando haverá compradores para os papéis do Tesouro Americano?

A compra desses papéis tem interessado à China até o momento, talvez como estratégia de salvaguarda de suas imensas reservas. Mas, será que poderá continuar a fazer isso, se, com a progressão da crise, continuar a queda de suas receitas de exportação?

A atual crise financeira mundial tem provocado a concentração de capital de investimento nos países ricos, prejudicando os países em desenvolvimento, que ficaram sem recursos para se financiarem.

Sabe-se que tanto os Estados Unidos, como o Japão, estão com excesso de fluxo financeiro, resultado do envio, pelos investidores em pânico de todo o mundo, de grande volume de capital, já que suas moedas são tidas como seguras. Isto ocasiona a supervalorização dessas moedas e prejudica suas exportações, enquanto outras economias sofrem com a falta de crédito para financiar seus ativos.

Uma saída emergencial – sobretudo para os países do Leste europeu que, por não poderem financiar seus balanços de pagamento, estão à beira da falência – seria que os países com excesso de fluxo o disponibilizassem ao FMI, o qual, por sua vez, o distribuiria entre as nações em desenvolvimento através de empréstimos. Mas há problemas porque muitos países, sobretudo os asiáticos, não querem emprestar suas reservas ao FMI, uma instituição estigmatizada em razão de suas imposições descontextualizadas às nações que, no passado, necessitaram de ajuda. Portanto, há necessidade de que sejam estabelecidas outras bases, com acordos menos restritivos do que os do passado, para que os eventuais novos empréstimos do FMI possam funcionar em benefício de todos.

Os países integrantes do Bric (Brasil, Rússia, Índia e China) estão hoje em melhores condições de equilibrar suas contas, inclusive porque aumentaram as reservas em dólares e podem direcionar seus investimentos para incentivar e atender aos seus mercados internos. Constituem a esperança de atuarem como os grandes amortecedores da crise. Mas a maioria dos países emergentes não dispõe dos mesmos recursos. Diante do tamanho da crise, os governos precisam agir, mas com cautela, mesmo porque uma política fiscal excessivamente expansionista – como agora tem sido preconizada por alguns políticos – pode deixar como legado indesejável o aumento da dívida pública, um fardo a sobrecarregar as futuras gerações.

No caso brasileiro, o Banco Central, embora com atraso, segundo alguns, tem agido acertadamente: provocou o corte dos juros e diminuiu o depósito compulsório²⁷ e a taxa de desconto²⁸.

Já a política fiscal do governo brasileiro desperta críticas, em virtude do aumento das despesas correntes e do relativamente pouco volume de gastos com melhorias na infraestrutura, estes considerados os mais eficazes no combate à crise. Com toda a ênfase

dada ao PAC, ele só representa cerca de 1 a 1,5% do PIB. Houve, é verdade, a diminuição do IPI em alguns setores, e também o aumento do seguro desemprego. Mas essas medidas não abrangem e alcançam todas as atividades econômicas. Seria, talvez, mais eficiente reduzir o IPI da economia como um todo, a exemplo do pacote proposto pelo atual presidente dos Estados Unidos, que prevê a redução dos impostos de forma generalizada, do que correr o risco de promover distorções para atender a certos grupos de pressão que seriam privilegiados, em detrimento do conjunto dos atores econômicos. Mas ainda há tempo e recursos para serem tomadas medidas mais profundas.

DESGLOBALIZAÇÃO: PROTECIONISMO E XENOFOBIA

O Banco Central Europeu (BCE) recentemente publicou um relatório no qual faz um alerta sobre o perigo das “tentações protecionistas” que vêm ganhando força por causa da crise econômica.

O motivo desse relatório é que, por causa da atual crise mundial, algumas atitudes começam a se tornar frequentes pelo mundo afora. Desempregados exigem a deportação de imigrantes ilegais. Trabalhadores, sob o risco de perderem seus empregos, pressionam seus governos a proteger seus postos de trabalho, exigindo subsídios, ajudas financeiras, barreiras às importações, elevação de tarifas e outras medidas protecionistas. Há também a possibilidade do uso de proteções indiretas (não tarifárias), como novas exigências fitossanitárias, redução de cotas de importação, demora na liberação de licenças e crescimento dos subsídios embutidos nos financiamentos às exportações. Veremos, a seguir, alguns fatos característicos e exemplos curiosos que a crise deflagrou.

Em fevereiro de 2009, o presidente dos Estados Unidos, Barak Obama, anunciou um pacote anticrise que previa obras de infraestrutura financiadas pelo governo com uma cláusula chamada *Buy American*. Esta cláusula estipula que, como forma de reforçar a economia americana, nessas obras, só poderiam ser utilizados minério de ferro, aço e bens manufaturados de empresas norte-americanas. Devido ao agravamento da crise, vários bancos e instituições financeiras foram parcialmente estatizados pelo governo dos EUA, algo considerado pela sociedade estadunidense como uma “heresia” há um ano atrás.

Ainda em fevereiro de 2009, o Senado italiano aprovou artigos de uma controversa Lei de Segurança, que, entre outras medidas, orienta os médicos a denunciarem imigrantes ilegais quando estes requisitarem seus serviços. O Projeto de Lei, apresentado pelo presidente Silvio Berlusconi, classifica a imigração ilegal como crime. Trata-se de uma lei anti-humanitária.

Além de não resolver o grave problema dos imigrantes ilegais na Itália, aumenta ainda mais a situação precária em que se encontram essas pessoas.

Na Suíça, país conhecido internacionalmente pela sua neutralidade e pacatez, um dos partidos políticos que mais cresce – o SPV (Partido do Povo Suíço) – veicula nacionalmente uma propaganda com ovelhas brancas a expulsar ovelhas negras do seu espaço. A principal bandeira do SPV (partido de extrema-direita) é a de que imigrantes, mesmo os europeus, não devem ocupar postos de trabalho a serem destinados exclusivamente aos suíços.

Na Alemanha, amargando sua maior recessão desde o fim da Segunda Guerra Mundial, uma das principais montadoras, a Volkswagen, pressiona o seu governo a dificultar o auxílio financeiro para sua rival, a Opel, filial da combalida empresa norte-americana na Europa, a General Motors.

O Reino Unido, ao entrar em recessão pela primeira vez desde 1991, foi afetado pela onda xenofóbica que atinge a Europa, e culpa seus imigrantes pela grave situação do emprego no país. A frase proferida pelo primeiro-ministro Gordon Brown – “empregos britânicos para trabalhadores britânicos” – vem sendo repetida por aqueles que apoiam as medidas nacionalistas e protecionistas com relação ao mercado de trabalho. Espera-se que o desemprego continuará se expandindo até 2010, segundo previsões do próprio governo.

Todos esses fatos são exemplos alarmantes de um processo que vem aumentando dia após dia em todo mundo. Países que poucos anos atrás eram propagadores do liberalismo, com a instalação da crise em suas economias, deixaram seus antigos princípios de lado e passaram a planejar e a conceber medidas nacionalistas e protecionistas em suas economias.

Pelas recentes notícias veiculadas, sentimentos como falta de solidariedade, intolerância, racismo e xenofobia, que já eram velhos conhecidos nos rincões do EUA, nos últimos anos vêm crescendo e ganhando força também na Europa. São palavras que, juntas, decerto não farão do mundo um lugar melhor para se viver.

Estaremos indo rumo a um processo de desglobalização? Ainda é cedo para conclusões. Como acontece durante toda crise, o perigo de protecionismo e nacionalismo aumenta bastante. Embora seja difícil prever reações sociológicas, é provável que, devido à magnitude da atual crise econômica, projetos que visam a uma maior consolidação política e econômica de blocos como o Mercado Comum Europeu e o Mercosul acabem sendo prejudicados ou retardados.

FIM DO CAPITALISMO?

Ultimamente essa pergunta vem sendo cada vez mais repetida no mundo. De nossa parte, acreditamos nas ideias keynesianas, e o capitalismo é capaz de sobreviver a esta crise, apesar de suas graves deficiências e falhas. Por outro lado, depois desta crise global, o sistema não deverá voltar a ser como antes. Como já previra Keynes antes, o capitalismo puro e selvagem, com pouca ou nenhuma interferência do Estado, sofrerá mudanças profundas.

Toda a questão resume-se no seguinte: deverá continuar subsistindo-se, no Ocidente, aquela “mão invisível” a que se referia Adam Smith, capaz de harmonizar os interesses – individuais e coletivos – para a prosperidade e a grandeza das nações? Eis o verdadeiro desafio à livre iniciativa, nos tempos que estão por vir. (BRAGA, 1988, p. 106).

Possivelmente será feita uma reforma no sistema financeiro, pois está claro que a arquitetura financeira internacional precisa ser reconstruída. Para tentar restabelecer a confiança nos mercados é importante promover a abertura, a transparência e a linguagem clara no sistema financeiro. Supersalários, mordomias, grandes comissões e bônus para executivos de primeiro escalão de bancos e empresas podem ser limitados. Paraísos fiscais e contas numeradas secretas precisam ser mais controladas, especialmente para inibir o desvio e a lavagem de dinheiro. Mesmo sendo o atual momento propício à criação de barreiras protecionistas, há que cuidar de evitar retrocessos na abertura do comércio internacional, pois este pode contribuir para minimizar a crise.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: CONCEITUAÇÃO

Adotamos inicialmente a seguinte definição de desenvolvimento sustentável:

Forma socialmente justa e economicamente viável de exploração do ambiente que garanta a perenidade dos recursos naturais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a diversidade biológica e os demais atributos ecológicos em benefício das gerações futuras e atendimento das necessidades presentes. (FULGENCIO, 2003, p.78-79).

Apenas na década de 1970, inicialmente pelo Clube de Roma²⁹ e depois pela Conferência de Estocolmo, a questão ambiental começou a ser discutida em escala planetária. Os primeiros estudos do Clube de Roma, ao verificar que os recursos terrestres eram finitos e estavam se esgotando, preconizaram o “crescimento zero”. Essa posição drástica foi aos poucos atenuada pela receita de “crescimento responsável”. Proposto em 1992, o conceito evoluiu para “desenvolvimento sustentável” e foi definitivamente incorporado como um princípio global durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), a Cúpula da Terra – Eco-92, no Rio de Janeiro, Brasil, da

qual resultou uma série de convenções, acordos e protocolos. A partir daquele momento, o conceito passou a significar o equilíbrio entre proteção ambiental e desenvolvimento econômico, servindo como base para a formulação da Agenda 21, com a qual mais de 170 países se comprometeram, na ocasião da referida Conferência. Mostrou-se que, para ser alcançado, o desenvolvimento sustentável depende de planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos. Em resumo, tratou-se da definição de um abrangente conjunto de metas para a criação de um mundo melhor e mais equilibrado.

Durante a Eco-92, foi assinada a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), que partiu do pressuposto de que a biodiversidade precisa ser uma preocupação comum da humanidade. A Convenção estabeleceu objetivos a serem atingidos pelas partes, devendo cada país determinar como implantá-la para proteger e usar adequadamente a sua biodiversidade. O alcance da CDB vai além da conservação e utilização sustentável da diversidade biológica. Ela objetivou, também, a repartição justa e equitativa dos benefícios gerados pelo seu uso.

Por mais estranho que isso nos pareça, especialistas ambientais afirmam que o maior desafio brasileiro para a utilização sustentável do meio ambiente não está na sua conservação, mas na distribuição desses benefícios. Há mais de 17 anos que muitas ações foram investidas, e desenvolvidas atividades para atender à CDB – estudando a nossa biodiversidade – mas elas não foram suficientes nem mesmo para conhecer todo o potencial da diversidade brasileira; hoje somos considerados como o país da “megadiversidade” por concentrar 20% das espécies conhecidas no mundo.

Em 2002, em Joanesburgo, África do Sul, durante a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, declarou-se que ele é feito sobre “três pilares interdependentes e mutuamente sustentadores” – desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e proteção ambiental. Desta feita, reconheceu-se a complexidade e o interrelacionamento do tema, com a inclusão de questões críticas como pobreza, desperdício, preservação e degradação ambiental, poluição, decadência urbana, crescimento populacional exagerado, igualdade de gêneros, energia renovável, saúde, conflito e violação dos direitos humanos.

O modo como foi definido o desenvolvimento sustentável significou a primeira tentativa real de adequar o sistema capitalista às normas e leis que preservassem o meio ambiente das agressões que vinha e continua recebendo.

Mas, para dar início à questão na prática, é imprescindível ter uma legislação ambiental robusta, uma fiscalização séria e uma punição clara e severa para aqueles que desrespeitarem a lei. Parece simples, mas é aí que começam os problemas.

Não adianta um país buscar ser ecologicamente correto se seu vizinho não o é. Hoje em dia essa questão fica cada vez mais clara. Desenvolvimento sustentável precisa ser uma atitude global, não local. Além disso, o significado de adequar-se a uma legislação ambiental, para a maioria dos empresários capitalistas, é sinônimo de prejuízo. Um exemplo é o fato de os Estados Unidos – conhecido como o maior poluidor mundial – não ter assinado o Protocolo de Kyoto, destinado a promover medidas para a redução da emissão de gases na atmosfera. Entre as várias desculpas usadas pelos EUA para não assiná-lo, a maior foi que isso comprometeria o seu desenvolvimento e diminuiria sua competitividade internacional. A China (outra grande poluidora) usou desculpa semelhante.

O fato curioso é que a atual crise financeira, descrita no início deste artigo, irá provavelmente causar uma grande redução nas emissões de carbono no mundo, já que, por causa da Grande Depressão, estima-se que houve uma redução nas emissões de carbono em cerca de 35% entre os anos de 1929 e 1932. A atual economia mundial poderá sair desta crise fortalecida, especialmente os setores que produzem e investem em tecnologias limpas. Não acreditamos que exista uma relação de causa-efeito entre as duas crises; porém, é certo que uma agravou a outra, pelo acoplamento deontológico.

Conta-se que o líder indiano Mahatma Gandhi (1869-1948), ao ser perguntado se, depois da independência (em 1947), a Índia perseguiria o estilo de vida dos colonizadores britânicos, teria então respondido: “A Grã-Bretanha precisou de metade dos recursos do planeta para alcançar a prosperidade; quantos planetas não seriam necessários para que um país como a Índia alcançasse o mesmo patamar?”.

A grande questão é que, para atingir o elevado nível de desenvolvimento e crescimento econômico em que se encontram, os países desenvolvidos destruíram boa parte de suas florestas e esgotaram a maior parte de seus recursos naturais. Nos últimos anos, houve um avanço da preocupação com a proteção ambiental pela adoção de algumas medidas pontuais e isoladas (como a separação e coleta seletiva do lixo), mas os países mais ricos não se dispuseram a diminuir a sua produção industrial ou modificar seus padrões de consumo. Embora representem cerca de 20% da população do planeta, segundo cálculos de ambientalistas, atualmente os países ricos acumulam 80% dos rendimentos, além de consumirem 70% de toda energia produzida.

CONCEITUAÇÃO AMPLIADA E SUGESTÕES

Tentando definir melhor o assunto, nos países ricos, podemos conceituar o desenvolvimento sustentável como a mudança e a adaptação de seus elevados padrões de

consumo para um modelo menos poluidor e destrutivo. Já nos países pobres e emergentes, que possuem o mesmo direito dos países desenvolvidos de crescer economicamente, desenvolvimento sustentável pode ser descrito como a tentativa de se evitar a implementação do modelo predatório usado pelos países ricos nos últimos dois séculos, buscando-se desenvolver formas alternativas e melhores práticas na produção da riqueza econômica, sem destruir ou esgotar seus próprios recursos naturais e sua biodiversidade. “O desenvolvimento se faz por ciclos, porque as inovações tendem a apinhar-se em determinados períodos históricos. Elas se difundem em ondas, após o que o retorno ao equilíbrio é automático, porém já aí num nível técnico superior ao passado”. (BRAGA, 1988, p. 98).

Um dos problemas ainda não resolvidos, que se tornou um grande entrave na busca de uma solução global, é o da miséria absoluta³⁰. O documento da Comissão Mundial da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – conhecido como Relatório Brundtland –, apresentado em 1987, afirmou que “a miséria absoluta é incompatível com a preservação do meio ambiente”. E o Informe sobre os Países Menos Adiantados de 2008, preparado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (*United Nations Conference on Trade and Development* – Unctad), alertou que, em 2008, havia mais de 1,2 bilhão de pessoas vivendo em condições de miséria absoluta no mundo, e que um quarto desses indivíduos tenta sobreviver em zonas consideradas extremamente vulneráveis do ponto de vista ambiental, sendo responsáveis por problemas tais como o desmatamento e a desertificação. Como dizer para algum dos 80 milhões de etíopes, assolados por mais de 20 anos de guerras e problemas epidêmicos como desnutrição crônica, que eles precisam ter uma atitude “verde” e devem dedicar-se a um desenvolvimento sustentável em sua agricultura de subsistência?

Quando falamos em miséria, não podemos deixar de citar o cientista brasileiro Josué de Castro (1908–1973) e suas conhecidas obras *Geografia da Fome* e *Geopolítica da Fome*. Em ambos os livros, Castro nos apresenta o fenômeno da fome através de um tratamento teórico da questão, para dar um instrumento que permita ao leitor entender o conteúdo dos estudos das regiões afetadas pelo drama da fome, e denunciar os estragos cometidos pelo processo de colonização ao redor do mundo. Castro indica, de forma contundente, o fato de que todas as regiões que passaram pelo processo de colonização sofreram (e ainda sofrem) com o flagelo da fome.

A sua principal tese, e talvez a mais polêmica, é como ele trata a relação entre a fome e o fenômeno da “superpopulação”. Trabalhando com o princípio de causalidade, Josué de

Castro afirma que o fenômeno da “superpopulação” não causa fome, mas sim que a fome é a causa do fenômeno da “superpopulação”.

Para Castro, populações com deficiências alimentares se tornam mais férteis, tendo mais filhos, o que causaria um aumento indesejado da população. Além disso, segundo Josué de Castro, com um alto índice de mortalidade infantil e a necessidade de braços para trabalhar para o sustento da família o número de filhos por casal também aumentaria significativamente.

É através desta relação de causa e efeito – fome e “superpopulação” – que Josué de Castro combate o discurso malthusiano e ainda afirma que a melhor maneira de se controlar o crescimento da população é promovendo uma melhoria significativa do padrão alimentar das pessoas.

O que podemos fazer de concreto com o problema ambiental é pensar em como alterar nossa atitude em relação ao planeta, e isso pode passar por todas as nossas atividades, incluindo a forma como encaramos nossa existência cotidiana e o nosso estilo de vida. É claro que o consumo é o grande motor do estilo de vida capitalista, mas agora urge mudar o modo de tratar o planeta, se não estaremos correndo o risco de provocar a extinção de larga parte da humanidade.

Inspirada nos preceitos de Keynes, uma ideia a ser discutida nos países industrializados é como eles poderiam regulamentar e controlar de forma mais efetiva o recolhimento do lixo e a reciclagem dos resíduos gerados pelo setor produtivo. Assim como os bancos mantêm reservas monetárias, o setor produtivo poderia manter reservas que possibilitem fazer um controle mais abrangente do que produz. Uma proposta nesse sentido: empresas que produzem bens descartáveis poderiam recolher o lixo que geram, baseadas em estatísticas de consumo médio de seus produtos. Mesmo as empresas que produzam bens duráveis, também seriam incluídas nesse processo. No âmbito individual, caso o consumidor compre um bem que de alguma forma polua o meio ambiente, ele também poderia sofrer alguma punição financeira por esse malefício ao ambiente, desestimulando a sua compra.

Eis uma forma de aplicar essa ideia na indústria automobilística: ao invés de os automóveis acabarem em ferros-velhos particulares, as montadoras poderiam recolher e reciclar uma determinada quantidade de carros por ano, com base no tempo médio de duração de seus produtos e no número de unidades produzidas. E clientes pagariam o preço de comprar um veículo que polua o ar, baseados na quantidade de poluentes emitidos, consumo médio e de quilômetros percorridos. Desta forma, estimularíamos as montadoras, no lugar de fazerem carros mais potentes, maiores e velozes, a desenvolverem produtos menos poluentes

e mais recicláveis. Além disso, encorajá-íamos os consumidores a comprar veículos cada vez menos poluidores e mais econômicos.

O mesmo exemplo se aplica à indústria de refrigerantes. Antigamente, essas indústrias distribuía-ram seus produtos em garrafas de vidro, recolhendo garrafas vazias para seu uso posterior. Hoje, com a finalidade de maximizar seus lucros, passaram a distribuir os produtos por meio de embalagens descartáveis, e transferiram o ônus de seu recolhimento e reciclagem para o Estado. O resultado dessa atitude é o forte impacto ambiental causado pelo lixo de milhões de garrafas de plástico não recolhidas por todo o planeta. Não achamos que o encargo pelo recolhimento deste lixo deva ser exclusivo do Estado ou dos “catadores de lixo”. Com base na sua produção mensal, seria mais justo e lógico as indústrias de refrigerantes recolherem e reciclarem por mês uma quantidade equivalente de embalagens vendidas e consumidas.

Um terceiro exemplo trata da indústria de aparelhos de telefonia celular. Segundo a Anatel, em fevereiro de 2009 existiam 147 milhões de linhas habilitadas desse tipo de aparelho no Brasil. Na hipótese de que cada linha implique a existência de um aparelho móvel, podemos antever o tamanho do problema ambiental que isso pode ocasionar no futuro se continuarmos a esperar que caiba apenas aos usuários a incumbência de dar um destino correto para esses aparelhos, quando eles se tornarem inúteis³¹.

Ao ajustarmos esse modelo, entregando parte dessa incumbência para quem o produziu, estaremos direcionando o sistema capitalista para um desenvolvimento produtivo sustentável por intermédio de “consumo e produção racionais”. Eles são apenas alguns pequenos exemplos para mostrar uma forma de agir mais sustentável, diminuindo o lixo indiretamente gerado pelo setor produtivo e aumentando a sua reciclagem.

O lixo urbano vem aos poucos se tornando um dos maiores problemas do século. No Brasil, a quantidade de resíduo sólido doméstico urbano produzido por habitante já atingiu a marca de 1 kg por dia, sendo que menos de 1% desse lixo é reciclado³². Ou seja, durante uma vida média de 70 anos, nós brasileiros geramos o equivalente ao peso de um *container* lotado de resíduos sólidos sem uso (cerca de 25 toneladas) por toda sua existência, calculando-se desde a fralda descartável utilizada na infância, passando pelas televisões e máquinas de lavar usadas durante a idade adulta, e até mesmo o caixão comprado após a morte. Isso sem contar com a quantidade diária de dejetos sanitários produzidos por toda sua vida, cujo tratamento no Brasil é oferecido apenas à metade (52,2%) dos seus municípios³³. Na Europa, a quantidade média de resíduo sólido gerado por habitante é de 1,4 kg/dia, e os EUA já ultrapassaram os 3

kg/dia³⁴. Apesar dos países industrializados serem os maiores geradores de resíduos, também são eles os que mais reciclam. Nesse quesito, o Japão é o país que mais reutiliza o seu lixo.

E AGORA, O QUE FAZER?

Como vimos anteriormente, o conceito de desenvolvimento sustentável é diferente entre países ricos e pobres. Porém, assim como ocorreu com o neoliberalismo, os países industrializados usam a razão monológica para impor aos países em desenvolvimento (ou de industrialização recente) um determinado modelo sustentável. Além de ditarem regras que não foram seguidas por eles durante os últimos séculos, não seguem o princípio da universalização participativa. Erros passados não justificam os erros atuais, mas a compensação dos problemas causados pela industrialização desenfreada dos países ricos deverá ser debatida, e os recursos financeiros obtidos por esse processo de esgotamento ambiental poderão ser redistribuídos.

A Terra possui mais de 4 bilhões de anos. Os primeiros mamíferos surgiram há cerca de 300 milhões de anos. A nossa espécie (*homo sapiens*) surgiu no planeta Terra entre 100 e 50 mil anos³⁵; já atingimos 6 bilhões de indivíduos, e já conseguimos exaurir uma boa parte dos recursos não renováveis existentes. Com base na teoria da evolução das espécies, de Charles Darwin (1809–1882), a espécie anterior à nossa – o homem-de-neandertal – viveu por mais de 250 mil anos antes de ser extinto de formas naturais. Será que realmente o que nos diferencia dos outros seres vivos é a nossa inteligência? Será que saberemos como nos adaptar a essa nova realidade?

Reconhecendo enfim a necessidade, o mérito e a oportunidade de enfrentar o problema ambiental e climático, os Estados Unidos indicaram um responsável pela negociação sobre o clima a fim de elaborar um novo tratado a ser assinado ainda em 2009 na Dinamarca, em Copenhague. Devem ser estabelecidas novas metas de redução de emissão de carbono na atmosfera, e serão estudados novos mecanismos financeiros para promover assistência técnica e colaborar com os países em desenvolvimento.

Existe um longo caminho entre as intenções proclamadas e as medidas efetivas para sua implementação, além do enfrentamento da relutância natural e da resistência a novas medidas, sobretudo quanto elas atingem grupos desejosos de manter privilégios e subsídios a empresas de baixa eficiência energética.

Mas a crise vem exigindo cada vez mais dinheiro público para resgatar essas empresas, o que gera a oportunidade para mudar o paradigma da produção não sustentável.

O Brasil encontra-se, novamente, em posição privilegiada, como o principal produtor de etanol de cana-de-açúcar, combustível capaz de dar enorme contribuição para essa nova economia. Mas, para isso, é essencial criar mecanismos para monitorar a expansão das plantações e das usinas, de modo a fiscalizar as condições de trabalho, e evitar que nada seja feito em detrimento da preservação inteligente das matas e florestas. A existência de um mercado internacional de biocombustíveis pode fazer com que os nossos novos contratos de exportação incluam critérios sociais e ambientais para a produção. Esta é uma oportunidade interessante, pois existe pressão internacional que pode mudar alguns aspectos de gestão na produção da agroenergia. Os problemas decorrentes da monocultura da cana-de-açúcar, por exemplo, podem ser aliviados por uma melhor gestão ambiental agrícola.

É possível favorecer o financiamento de um modelo sustentável de agricultura orgânica que utilize menos agrotóxicos e seja capaz de recuperar as áreas degradadas. Os estudos relacionados aos transgênicos são necessários para evitar o seu uso indiscriminado. Precisamos exigir a atualização do Código Florestal – e cuidar da sua efetiva aplicação – para combater com mais eficácia o desmatamento, proteger os corredores ecológicos e aumentar o cuidado com o tratamento dos dejetos. Somente com o avanço da consciência ambiental dos agricultores é que iremos caminhar em direção a um modelo de agricultura menos agressivo ao ambiente. Também é importante aprofundar os estudos de mudanças climáticas e aumento do nível do mar, gerando planos que proponham ações de prevenção.

ENTENDIMENTO GLOBAL: UM CAMINHO BASEADO EM HABERMAS

É comum em nossa sociedade observar que os que têm mais poder impõem sua vontade e interesses aos outros, ou que se fabricam falsos consensos através da manipulação de informações de forma unilateral. A mídia é um bom exemplo disso, pois difunde versões truncadas ou repetem falsas verdades sobre muitos assuntos antes que sejam devidamente comprovados, diminuindo a capacidade de essas ideias serem submetidas à crítica. E grande parte da sociedade acaba aceitando tais opiniões como se fossem princípios indiscutíveis.

O caminho vislumbrado pelo filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas – indo na direção contrária ao pós-modernismo e sua forma de desvalorizar a razão – repousaria na democratização cada vez maior das formas de tomada de decisão nas sociedades, e na substituição de formas ideológicas de formação de consenso por formas comunicativas participativas, orientadas pelo critério do melhor argumento; não por quem tem mais força ou dinheiro. “A racionalização ao nível de marco institucional só pode levar-se a cabo no meio

da interação linguisticamente mediada, a saber, por novas relações da comunicação”. (HABERMAS, 1968, p. 88).

Sobre a sociedade atual (sociedade da informação), Habermas nos diz que, pelo fato de a atual produção capitalista centralizar-se no desenvolvimento de bens imateriais (informações, conhecimentos e bens culturais), o trabalho imaterial prevalece nos seus processos de produção. E só se chegaria às formas colaborativas de produção a partir da abordagem da produção como comunicação. Segundo essa lógica, o modelo de produção pós-moderno se baseia na cooperação linguística e produtiva (não apenas pelo fato material de que as atuais máquinas funcionam através de linguagens, mas também porque, através da linguagem, manifestam novas formas de cooperação entre pessoas).

Habermas investiga em que medida os processos de produção na economia baseada nos bens imateriais são, eles mesmos, processos de comunicação ou ações comunicativas. Todavia, estes processos são discutidos como modo de ir além da reprodução das formas hegemônicas da economia capitalista, com o objetivo de que os seus participantes conquistem a autonomia e possam cooperar solidariamente. “A relação entre progresso técnico e mundo social da vida e a tradução das informações científicas para a consciência prática não podem ser assunto da formação privada”. (HABERMAS, 1968, p. 101).

Sua preocupação é com a crise do Estado e do capitalismo tardio, e sua vinculação com a falta de envolvimento dos cidadãos com a vida política e as estruturas da sociedade. Esta investigação parte do diagnóstico do tempo atual, passa pela “ética da discussão” orientada ao entendimento e chega à teoria da ação comunicativa, com o acordo obtido por meio da “razão comunicativa”. Busca-se, assim, incentivar a troca de ideias, opiniões e informações entre os sujeitos históricos, estabelecendo o diálogo. “[...] uma convicção profunda da competência linguística e cognitiva dos atores, capazes de, no diálogo, na disputa, no questionamento radical, produzir uma razão comunicativa” (FREITAG, 1993, p. 60).

Habermas, ao dar continuidade às ideias iluministas de Kant, formula o projeto de se mudar o paradigma da subjetividade para o da comunicação.

Ao defender uma ética universalista, deontológica e cognitivista, ele argumenta que os seus princípios éticos não devem ter conteúdo, mas advir da participação nas decisões públicas por meio de discussões, ao possibilitar a avaliação dos conteúdos normativos solicitados naturalmente pelo “mundo da vida”.

Procurando fugir de uma reflexão monológica, Habermas acredita que, para ocorrer o entendimento entre as partes, é importante “adotarem-se os pontos de vista uns dos outros”.

Uma outra forma de entender essa afirmação é a pessoa, em um determinado debate, esquecer a sua própria verdade e tentar “vestir” a verdade do outro, colocando-se no seu lugar. Segundo ele, a verdade não está dentro de nós mesmos; temos que tentar encontrá-la por meio de argumentos que nos obriguem a adotar o ponto de vista do outro.

Ao chamar todos os integrantes para o diálogo, busca-se saber como cada um dos participantes procuraria, a partir do seu próprio ponto de vista, proceder à universalização de todos os interesses envolvidos, independente de raça, religião, ideologia ou partido político.

Em seu tratamento da opinião pública, os conceitos básicos da teoria democrática de Habermas garantem um marco teórico adequado no que diz respeito à fundamentação no desenvolvimento de espaço público, que integre e busque o consenso dos três atores principais da vida social: o sistema político, o sistema dos meios de comunicação de massa e a opinião pública dos cidadãos. Seguindo esta lógica, poderíamos pensar em como transformar a sociedade global numa comunidade através de um contrato que envolva a criação de uma nova entidade mundial no formato participativo.

Se problemas como a fome, o aquecimento global, o uso irracional dos recursos ambientais e financeiros, a forma selvagem com a qual as empresas buscam o lucro, em maior ou menor grau, afetam todos os atuais e futuros habitantes do planeta, por que só uma ou duas dezenas de chefes de Estado ou de banqueiros devem decidir sobre eles? Como imaginar que eles estariam mais habilitados para encontrar as soluções, se eles próprios são parte principal da engrenagem causadora dos atuais problemas? É importante estimular o envolvimento do maior número de representantes sociais nesse debate, para que eles também tenham um papel ativo como elemento de transformação das relações ambientais. Desta forma, estaríamos indo na direção de ampliar a legitimação das soluções e criar novos defensores delas.

Como vimos anteriormente, ao final de uma grande catástrofe como a Segunda Guerra Mundial, a civilização reuniu-se e legitimou uma nova ordem para o comércio e suas relações internacionais por meio de entidades internacionais. Hoje, essas mesmas entidades dão sinais que estão ultrapassadas e precisam alterar seu rumo. Já que medidas individuais não surtiram os efeitos desejados, está na hora de nos reunirmos e pensarmos na definição de uma ética ambiental global, não como grupos G-7 ou G-20, mas como planeta integrado que somos (G-150 ou G-200). Eis uma ideia nesse sentido: propomos a criação de uma nova entidade ou organização multinacional, e a elaboração de uma legislação que acompanhe e fiscalize também crimes ambientais. Assim como a ONU possui o Tribunal de Haia (Corte Internacional de Justiça) para julgar os crimes mais graves contra a humanidade, nessa nova

entidade poderia haver uma corte mundial para arbitrar os autores responsáveis pelos crimes ambientais mais graves.

Nos últimos anos houve, em todo o mundo, uma expressiva reação contra o unilateralismo da política externa dos Estados Unidos, a maior superpotência econômica e militar do nosso tempo. Mesmo assim, alguns pensadores pessimistas afirmam que criar condições para um entendimento global seria algo muito difícil, se não impossível. E alegam que somente uma catástrofe de grandes proporções, capaz de afetar seriamente o atual sistema produtivo, faria com que os países buscassem um novo acordo ambiental para mudar a forma com que se relacionam com o planeta. Se, após esta crise, o multilateralismo vier a tornar-se uma realidade, alimentamos a esperança de que haja maior acolhida para a proposta de Habermas.

Nesta nossa época de incertezas, a posição de Habermas, embora utópica, constitui um verdadeiro alento. É um pensador que conserva as mais generosas propostas de inclusão social do marxismo ocidental, mantendo-se, no entanto, radicalmente democrático, tanto nos meios como nos fins para se alcançar uma sociedade mais justa, e ainda aprofundando o processo participativo. Confiando na racionalidade humana sem deixar de considerar o “mundo da vida” e todas as suas emoções e valores, Habermas afirma que os homens, mesmo os mais simples, podem, se tiverem oportunidades, se fazer compreendidos dentro da ética. E a razão humana, não mais aquela arrogante dos filósofos, mas a que todo ser humano possui e partilha, pode nos fazer chegar a um consenso razoável, sem que preponderem a força bruta, a retórica vazia dos marqueteiros e os discursos sedutores dos demagogos.

Trata-se de um pensador otimista que pode nos ajudar num momento de crise, capaz de restaurar a confiança coletiva de que tanto precisamos.

É tentando alcançar as utopias que a humanidade avança.

3 – CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi apresentar assuntos econômicos e políticos atuais e passados. Ao evitarmos o uso de tabelas, gráficos e equações matemáticas, tentamos desenvolver um ensaio de forma mais clara e simplificada.

Começamos por um retrospecto histórico, dando uma pequena introdução de como a ciência econômica surgiu e se desenvolveu pelo mundo capitalista. Percebemos que uma economia precisa de valores como a confiança mútua para funcionar com eficiência, fazendo ver a importância do seu lado psicológico e sociológico. Destacamos como aconteceu, nas

últimas décadas, a aplicação do modelo neoliberalista pelos países ricos em países emergentes e subdesenvolvidos, e fizemos críticas à forma como foi conduzido esse tipo de reforma. Analisamos o impacto da globalização nos modelos econômicos. Conceituamos as ferramentas monetária e fiscal, utilizadas pelos governos para se fazer uma política econômica, e vimos como esta pode ser utilizada, conforme o momento histórico, de maneira conservadora ou agressiva. Fizemos uma análise política e ideológica de dois importantes movimentos econômicos: os monetaristas e os desenvolvimentistas. Usamos esse referencial teórico para mostrar certos aspectos da crise de 1930, da crise brasileira de 1998 e a crise mundial de 2008. Observamos que o grande crescimento econômico ocorrido nas últimas décadas sobreveio de bases frágeis como títulos podres, bolhas, fraudes, falsas oportunidades, salários e graus de investimentos supervalorizados, formando uma cadeia de crescimento não sustentável. Mostramos que tanto a falta quanto o excesso regulatório podem ser prejudiciais para a economia de um país, mas que, face às mudanças ocorridas nos últimos anos, determinados setores financeiros precisariam de maior supervisão. Apresentamos alguns números da atual crise financeira, comentamos algumas das suas consequências perigosas pelo mundo e analisamos os caminhos possíveis para o sistema capitalista, sempre com um olhar sobre as teorias econômicas de Keynes.

Sobre a questão de qual a melhor teoria, não acreditamos nela como fim, mas como um meio para se alcançar um melhor planejamento econômico. No breve retrospecto que fizemos, examinamos que opiniões mudaram e evoluíram conforme a época de seus idealizadores, traduzindo suas crenças e seus momentos históricos. Ao encararmos os ideais e as propostas teóricas como ferramentas técnicas – e não como dogmas –, a política econômica passa a ter uma atitude mais flexível, permitindo-se mudar mais facilmente sua direção em momentos de crise, de acordo com a situação existente no tempo e no espaço.

Tentamos apontar para a importância de se pensar em uma nova ética e um novo pacto ambiental global sustentável, pois o atual modelo de produção de bens de consumo está rapidamente se inviabilizando. Observamos o surgimento de uma nova consciência quando nos demos conta de que a humanidade não sobrevive se destruir seu planeta, e passamos a compreender que o futuro de nossa própria espécie depende da elaboração de uma consciência ecológica mais evoluída.

Vimos como o desenvolvimento sustentável possui significados diferentes entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Também verificamos a dificuldade de se exigir a implementação de um desenvolvimento sustentável em sociedades onde existe a miséria absoluta. Chegamos à conclusão de que, para haver um desenvolvimento sustentável em uma

sociedade, é primordial o seu desenvolvimento humano. E isso ainda representa um desafio para cerca de 20% do planeta.

Exploramos alguns exemplos de ideias participativas e regulatórias a respeito de como seria possível mudar o modelo capitalista para uma situação mais eficiente e racional. Longe de querermos impor soluções, esses exemplos foram expostos apenas com o objetivo de apresentar ideias e suscitar o debate de como seria possível adaptar a nossa realidade produtiva a um modelo menos agressivo ao ambiente e à humanidade. A atual crise financeira propicia um momento e uma oportunidade única para a abertura dessa discussão.

No final, expomos a crença de que apenas a construção de um processo dialético coletivo, amplo, inclusivo, participante e voltado para o consenso, poderá resultar em um caminho sustentável para sair das crises que se apresentam. Um dos fatos que diferencia Habermas de outros filósofos modernos é que ele aponta um caminho para superar as questões atuais.

A História nos tem mostrado que, em épocas de crise, a democracia pode vir a ser ameaçada. Para protegê-la, precisamos buscar ajuda em pensadores e estudiosos que a defendam, justifiquem e indiquem caminhos para aperfeiçoá-la, como, por exemplo, o fazem o historiador Giuseppe Vacca, os economistas Joseph Stiglitz e Muhammad Yunus, os filósofos Edgar Morin, Jürgen Habermas e Noam Chomsky, entre outros.

A nosso ver, embora não suficientemente difundida e absorvida como deveria, a obra de Habermas apresenta os mais interessantes recursos para orientar nosso pensamento e ação nesse sentido. Assim, partimos para a maneira indicada por ele, que em sua obra nos é apresentada como a “filosofia da comunicação”, baseada no viés linguístico. Nela, a melhor solução é aquela que surge no resultado do consentimento de todos os envolvidos, por meio de uma participação ativa e igualitária. Desta forma, estaríamos transformando as atuais relações internacionais numa constelação pós-nacional, numa dimensão cosmopolítica.

Também verificamos a ideia de se fazer um pacto global em defesa dos recursos ambientais, com a criação de uma nova entidade internacional que represente e fiscalize todas as nações em prol de um uso ecológico equilibrado e sustentável, assim como foi feito com a defesa dos direitos humanos logo após a Segunda Guerra Mundial.

Ao defendermos a tese de que a atual crise econômica mundial tem vínculos estreitos com a crise ambiental global, não queremos apontar culpados; apenas criticamos a voracidade e a insolidariedade que isso representou em nossa sociedade, pela ganância da acumulação de riquezas e pela busca do lucro a qualquer custo (*greed is good*). Por esse motivo, propomos

um debate participativo e inclusivo para a idealização de um novo modelo produtivo e de consumo.

Não esperamos que o leitor concorde com todas as ideias aqui colocadas. Porém, contamos que a leitura deste ensaio possa contribuir para o debate e o esclarecimento, ou pelo menos, desperte a consciência dos assuntos aqui veiculados. Ainda assim esperamos colaborar, mesmo de forma modesta, para o avanço no conhecimento do tema proposto.

4 – REFERÊNCIAS

BRAGA, Humberto. **Juízo e Circunstância**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

DOWNES, John; GOODMAN, Jordan Elliot. **Dicionário de Termos Financeiros e de Investimento**. São Paulo: Nobel, 2002.

FREITAG, Bárbara. **A Teoria Crítica: Ontem e Hoje**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

FULGENCIO, Paulo Cesar. **Glossário**. Rio de Janeiro: TCE-RJ, 2003.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e Ciência como “ideologia”**. Lisboa: Edições 70, 1968.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Novo Aurélio – Século XXI – Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1982.

KRUGMAN, Paul Robin. **A Crise de 2008 e a Economia da Depressão**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

NASSIF, Luís. **Os Cabeças-de-planilha**. Como o pensamento econômico da era FHC repercutiu o pensamento de Rui Barbosa. Rio de Janeiro: Ediouro, 2007.

NIYAMA, Jorge Katsumi; FRANÇA, José Antônio de. Operações com Derivativos: Ganhos e Perdas em Opções. In: Congresso Brasileiro de Contabilidade, 16., 2000, Goiânia. **Anais**. Goiânia, 2000.

PECI, Alketa. Reforma regulatória no Brasil da pós-privatização. In: MARTINS, Paulo Emílio Matos; PIERANTI, Octavio Penna (Orgs.). **Estado e Gestão Pública: Visões do Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1986.

STIGLITZ, Joseph Eugene. **A Globalização e seus Malefícios**. A Promessa Não-cumprida de Benefícios Globais. São Paulo: Futura, 2002.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Tem Razão a administração?** Ensaio de uma Teoria Organizacional. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2002.

-
- ¹ Professor norte-americano da Universidade de Chicago e ganhador, em 1995, do Prêmio Sveriges Riksbank de Ciências Econômicas em memória a Alfred Nobel.
- ² AUTOMOTIVEWORLD.COM. Disponível em: <<http://automotiveworld.com/>>. Acesso em: 12 jan. 2009.
- ³ Smith inicialmente referiu-se à disciplina como “Economia Política”, porém esse termo foi, aos poucos, sendo substituído por “Ciência Econômica”.
- ⁴ Sobretudo Francis Quesnay (1694-1774).
- ⁵ O Mercantilismo foi a doutrina em voga no século XVII. Enfatizava a importância do comércio exterior na economia de um país, e defendia a ação do Estado em favor da expansão das exportações, bem como o monopólio das Companhias de Comércio, e as restrições às importações. Cf. HOLANDA, 1999.
- ⁶ Kant é famoso sobretudo pela sua concepção conhecida como idealismo transcendental, onde afirma que todos nós trazemos formas e conceitos *a priori* (que não surgem da experiência) para a experiência concreta do mundo, os quais seriam, de outra forma, impossíveis de determinar. Sua forma subjetiva de ver o mundo procurava uma universalidade para a teoria do conhecimento.
- ⁷ Ainda que sem apresentar uma obra doutrinária consistente, e sem tratar de temas econômicos, as idéias dos pós-modernistas permearam de forma difusa o pensamento e as ações de grande parte de intelectuais, políticos e artistas da segunda metade do século XX.
- ⁸ Lumpemproletariado, na linguagem marxista.
- ⁹ Em substituição à antiga Liga das Nações, organizada após o fim da Primeira Guerra Mundial.
- ¹⁰ Nos últimos 30 anos, apesar de a maioria dos países emergentes ter obtido crescimento econômico, houve uma nítida tendência para a concentração de renda, principalmente em países como Rússia, Índia e China.
- ¹¹ Selic é a sigla para Sistema Especial de Liquidação e Custódia, criado em 1979 pelo Banco Central e pela Andima (Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto) com o objetivo de tornar mais transparente e segura a negociação de títulos públicos.
- ¹² Com base no Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), no governo Lula – entre 2002 e 2008 – a carga tributária brasileira subiu de 32,7% para 36,5%.
- ¹³ Segundo a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pelo Dieese/Seade.
- ¹⁴ Na finalização deste ensaio (março de 2009), a maior taxa básica de juros reais aplicada do mundo. No Brasil, conhecida como Selic, é a taxa usada em operações interbancárias, sendo definida periodicamente pelo Comitê de Política Monetária (Copom), tendo influência sobre a definição do restante dos juros aplicados na economia.
- ¹⁵ Nos EUA é chamado de Federal Reserve (Fed).
- ¹⁶ *New Deal* foi o maior pacote intervencionista da história dos EUA.
- ¹⁷ A principal delas, em nossa opinião, foi ter praticamente impedido o desenvolvimento e a instalação no país de indústrias de bens de capital, em razão do baixo preço com que eram compradas máquinas industriais em países do exterior que, àquela época, em virtude da crise, estavam ansiosos por vendê-las. A exceção foi a Companhia Siderúrgica Nacional de Volta Redonda (CSN), criada em 1941 por Getúlio Vargas.
- ¹⁸ Embora o nome indique *hedge*, isso não significa que todos os fundos desta categoria utilizem estratégias de *hedge* para proteger o desempenho de suas carteiras. Mesmo dentro da categoria, a variedade de estratégias passíveis de serem adotadas acaba dificultando a comparação entre os fundos, de forma que não se pode definir uma linha única de atuação.
- ¹⁹ Os instrumentos derivativos normalmente são representados pelos contratos negociados no mercado a termo, de futuros, de opções e de *swaps*, que possibilitam, mediante a estruturação de uma ou mais operações, a proteção (*hedgers*) contra variações de preços e taxas, a captação ou aplicação de recursos, bem como a redução de custos operacionais e diluição dos riscos inerentes às atividades operacionais. (NIA YAMA; FRANÇA, 2000, p. 102).
- ²⁰ Legislação aprovada em 1940 pelo Congresso norte-americano, que determinou o registro e a regulamentação das sociedades de investimento pela Comissão de Valores Mobiliários (*Securities and Exchange Commission* – SEC). Estabeleceu as condições sob as quais os fundos mútuos e outros veículos de investimento devem se operar pelas sociedades de investimento, em áreas como promoção, exigência de relatórios, preço de venda de valores mobiliários ao público e alocação de investimentos dentro de um portfólio. (DOWNES; GOODMAN, 1993, p. 249).
- ²¹ Entendemos como desregulamentação a falta de regulamentação, e não o ato de eliminar regulamentos.
- ²² CREDIT.COM. Disponível em: <<http://credit.com/>>. Acesso em: 25 fev. 2009.
- ²³ O forte crescimento da computação pessoal nos anos 90 acelerou a indústria de informática em todo o mundo. Com a popularização da internet e a criação de *sites* de venda, empresas ligadas à tecnologia da informação logo se multiplicaram. A sensação era de que todos poderiam ser a próxima Microsoft. Essa especulação gerou grandes distorções. Pequenas empresas sem infraestrutura alguma passaram a valer milhões de dólares, e muitas empresas abriram seu capital na Nasdaq. Entre os anos de 1996 e 2000, o índice Nasdaq subiu de 600 pontos para 5 mil pontos. Em 2000, contudo, a realidade apareceu e, em poucos meses, o índice recuou para cerca de 2 mil pontos.
- ²⁴ *National Association of Securities Dealers Automated Quotations* (Nasdaq) é a bolsa eletrônica de valores dos EUA. O processo de abertura de capital na Nasdaq é bem mais simples que o da Bolsa de Valores de Nova Iorque (*New York Stock Exchange* - NYSE). Depois do estouro da bolha “pontocom” em 2000, após uma profunda reestruturação, a Nasdaq converteu-se numa empresa com fins lucrativos. Hoje em dia é totalmente regida por acionistas, com ações emitidas e negociadas em sua própria bolsa.
- ²⁵ ACIONISTA.COM.BR. Disponível em: <<http://www.acionista.com.br/>>. Acesso em: 5 mar. 2009.
- ²⁶ KATZUMATA, Suzi. Bolsa de NY fecha em queda forte e Citi cai a US\$ 1,02. **Agência Estado**, Brasília, 5 mar. 2009.
- ²⁷ Depósito Compulsório é a determinação legal dos bancos comerciais e outras instituições financeiras a manterem depositadas, junto ao Banco Central, parte de suas captações em depósitos à vista ou em outros títulos contábeis. Esse instrumento possibilita o Banco Central manter o controle da quantidade de dinheiro em circulação, pois diminui o poder das instituições financeiras de multiplicar o dinheiro em circulação através dos empréstimos.

²⁸ Taxa de Redesconto é taxa exigida pelo Banco Central para cobrir as eventuais faltas de dinheiro nos caixas dos bancos comerciais e instituições financeiras.

²⁹ O Clube de Roma ficou conhecido no mundo em 1972 devido à publicação de um relatório elaborado por uma equipe de pesquisadores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (*Massachusetts Institute of Technology* - MIT), contratada pelo Clube de Roma, para analisar os limites do crescimento. Este relatório, intitulado *Os Limites do Crescimento*, foi transformado em livro e se tornou uma referência internacional sobre o assunto.

³⁰ O Banco Mundial define como miséria absoluta o fato de alguém viver com menos de US\$ 1,00 por dia.

³¹ Os aparelhos celulares funcionam com a energia gerada a partir de baterias que contêm metais pesados. Além de possuírem capacidade altamente poluidora, as baterias podem explodir caso sejam mal utilizadas ou levadas ao fogo.

³² Dado obtido pelo Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos de 2007, feito pelo Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento (SNIS) e divulgado pelo Ministério das Cidades.

³³ IBGE, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico, ano 2000.

³⁴ Dados obtidos pelo Gabinete de Estatísticas da União Européia (Eurostat).

³⁵ Não há consenso entre os antropólogos.